

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
HISTÓRIA – LICENCIATURA**

MATEUS DE SOUZA TEIXEIRA

Memória e temporalidade no acidente com o Césio-137 (Goiás, 1987)

Orientadora: Renata Dal Sasso Freitas

Jaguarão

2024

MATEUS DE SOUZA TEIXEIRA

Memória e temporalidade no acidente com o Césio-137 (Goiás, 1987)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientadora: Renata Dal Sasso Freitas

Jaguarão

2024

MATEUS DE SOUZA TEIXEIRA

Memória e temporalidade no acidente com o Césio-137 (Goiás, 1987)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Renata Dal Sasso Freitas

Orientadora
(UNIPAMPA)

Ma. Darlise Gonçalves de Gonçalves

(UFPEL)

Prof. Dr. Rafael da Costa Campos

(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a professora Tatiana Pastorini por sempre me inspirar a questionar e a enxergar além do óbvio — uma lição que mudou minha perspectiva para sempre.

Agradeço também os meus pais, Bira e Silvana, por sempre me incentivar a buscar outros horizontes, minha irmã e meu cunhado, Juliana e Jones pelo acolhimento desde o primeiro dia que cheguei em Jaguarão e pelo presente em forma de afilhado, Pedro.

Aos melhores amigos que eu poderia ter: XHérica, GordonBeats, Anderson, Daiane Cérebro, Darlise Pink, IsaComunisa, Beza, PokesDuda, Dra. Mabe, Betina, Silva, Dan, Cruz Altinha, Maria Alcina, Virginia, Mafe, Philipe, Cris; obrigada por todos os momentos, pelos dias de diversão, pelo apoio nos dias nem tão bons. Todos vocês são fundamentais na minha vida! E ainda que os caminhos nos levem a outros destinos, jamais esqueçam que: **vocês são gigantes!**

Aos professores do curso de história que não apenas compartilharam suas ideias e reflexões, mas também demonstram uma força enorme frente às adversidades que ameaçavam nosso campus diversas vezes: profs Caiuá, Jonatas, Guinter, Débora, Cristiano, Leticia, Rafael e em especial a profa Renata que possibilitou a escrita deste trabalho. Meu sincero e profundo agradecimento a cada um de vocês.

Ao Lucas, que com todo seu amor e carinho, me deu a força necessária para seguir em frente e concluir esse trabalho. Tua presença é um presente inestimável.

[FICHA DE APROVAÇÃO]

RESUMO

Este trabalho analisa o acidente com o césio-137 em Goiânia em 1987, focando nas narrativas que contribuem para seu esquecimento pelo Estado e pela sociedade. Explora como desastres tecnológicos são apagados da memória coletiva e das políticas públicas, apesar das consequências duradouras, e considera os contextos históricos, sociais, políticos e econômicos do Brasil nos anos 1980. Discute as relações entre memória, trauma e esquecimento, enfatizando a importância de uma abordagem historiográfica que registre e reconheça esses eventos para evitar sua marginalização e esquecimento.

Palavra-chave: césio-137, temporalidade, memória.

ABSTRACT

This research work analyzes the accident in Goiania involving the cesium-137 focusing in narragatives that contribute to their forgerfulness by the state and the society. In this sense, we explore how technological disasters are erased by the colective memory and public policies dispute their long consequences. Moreover, we explore historical, social, political and economical contexts of Brazil of the 1980s. Finally, we discuss the relations between memory, trauma and forgetfulness enphatizing the importance of historiographic approaches that depict and recognize these events to avoid their marginalization and forgetfulness.

Keywords: cesium-137, temporality, memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIN	Departamento de Instalações Nucleares
CNEN	Comissão de Energia Nuclear
CNS	Conselho Nacional de Saúde
HDT	Hospital de Doenças Tropicais
HNMD	Hospital Naval Marcílio Dias
IGR	Instituto Goiano de Radioterapia
IPASGO	Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiânia
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NUCLEBRÁS	Empresa Nuclear Brasileira S/A
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I: Brasil nos Anos 80: Cenário Histórico do Acidente com Césio-137.....	14
1.1 Uma breve contextualização do Brasil dos anos 80.....	14
1.2 Do descaso à catástrofe: o acidente radioativo com o césio-137 em Goiânia.....	18
1.3 Caos, ineditismo e os desdobramentos do evento.....	22
Capítulo II: Construções Teóricas: Temporalidade, Desastre e Memória.....	28
2.1 Temporalidade e as relações de memórias.....	28
2.2 Definições de tragédia e desastre.....	34
2.3 Entre o trauma e o silenciamento.....	37
2.4 Memórias e esquecimento.....	41
Capítulo III: Testemunhos do Césio-137: Vozes das Vítimas.....	45
3.1 A evolução metodológica.....	45
3.2 Narrativas do descaso.....	48
Referências bibliográficas.....	55

Introdução

O presente trabalho tem a intenção de realizar uma análise sobre o acidente radiológico com o césio-137¹ ocorrido na cidade de Goiânia em 1987 a partir das concepções e conceitos relacionados à história, tempo, memória e esquecimento. O episódio é marcado por profundas consequências humanas e ambientais representando um exemplo emblemático de como desastres, especialmente, tecnológicos e ambientais são frequentemente marginalizados e apagados da memória nacional.

O primeiro contato que tive com o tema foi ainda na infância, quando em setembro de 2007 foi ao ar o episódio alusivo aos 20 anos da tragédia pelo programa investigativo *Linha Direta*, que expôs o acontecimento por meio de entrevistas com as vítimas e simulações evidenciando as problemáticas que serão discutidas nos capítulos a seguir. Desde então, desenvolvi um forte interesse em entender os desdobramentos e as consequências deste evento uma vez que sua magnitude atravessava os limites temporais do acontecimento, causando problemas sérios que duram até os dias de hoje, marcando profundamente, não apenas a vida das vítimas, mas a história do Brasil.

Em uma das buscas sobre informações do caso, me chamou a atenção a fala de Odesson Alves Ferreira, que juntamente com sua família formam o grupo mais atingido pela radioatividade. Neste relato Odesson aponta que os historiadores haviam esquecido o episódio. Essa declaração revela a falta de atenção dada aos desastres ambientais e tecnológicos pelas humanidades e, especialmente, pela História, uma vez que esses eventos não apenas afetam o ambiente físico e material, mas também abalam profundamente a psique e a memória coletiva das comunidades envolvidas, provocando impactos profundos e duradouros. A ausência de reconhecimento e de registro histórico agrava ainda mais o sofrimento das

¹ O nome “césio” origina-se da palavra latina *caesius* que significa “céu azul”. Foi descoberto por análise espectral na qual foram identificadas linhas azuis brilhantes no seu espectro. O césio-137 é um dos 32 isótopos de césio, entre os quais apenas o isótopo césio-133 é estável. O radioisótopo césio-137 é produzido artificialmente a partir da fissão nuclear do urânio e era usado em radioterapia. No ano do acidente em Goiânia, o césio já estava sendo substituído por outros tipos de elementos como cobalto na fabricação de aparelhos radioterápicos. Na cápsula encontrada no desativado IGR, havia cloreto de césio-137 em forma de pó branco (Vieira, 2014, p. 18).

vítimas que se sentem desamparadas e invisíveis, enfrentando enormes dificuldades para sua reinserção na vida cotidiana e na sociedade.

A memória de desastres é frequentemente marcada por um processo traumático, uma vez que rompe com a normalidade do cotidiano, deixando profundas cicatrizes que são difíceis de serem superadas. Como destacam Helou e Neto (2014), os grupos sociais mais atingidos, geralmente, são os de menores recursos econômicos, por terem mais dificuldades de acesso a recursos básicos, como saúde e educação, o que reflete diretamente a dificuldade em superar os efeitos do desastre. Nesses casos, os problemas são agravados pelas perdas dos já escassos recursos existentes, tornando a reabilitação e a reconstrução mais difícil.

Além disso, é importante analisar o complexo contexto social, político e econômico do qual o Brasil estava enfrentando, a grave crise elevou as taxas de inflação as alturas, como destaca o historiador Boris Fausto (1995), a inflação chegou a 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985, momento em que o país ainda se encontrava sob liderança da ditadura civil-militar, cujas políticas econômicas centradas no Estado foram implementadas focando principalmente na industrialização e no desenvolvimento de infraestrutura. Na maioria das vezes, isso resultava em um crescimento desigual e conseqüentemente no significativo aumento da desigualdade social no país. Mesmo após a abertura para democracia em 1985, as tentativas do presidente José Sarney de estabilizar a economia nacional, especialmente com o Plano Cruzado, geraram um enorme déficit levando muitos produtos à escassez, desabastecimento e incentivos à informalidade.

Em fevereiro de 1987, a crise das contas externas levou o país a declarar uma moratória que suspendeu unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento de juros referentes à dívida externa de médio a longo prazo devida aos bancos credores. O otimismo inicial do Plano Cruzado rapidamente deu lugar à decepção e desconfiança da população brasileira. O fracasso dos planos econômicos agravou ainda mais a instabilidade política e econômica, desafiando a administração presidencial. A inflação que antes já era um grande problema na vida cotidiana dos brasileiros rapidamente transformou-se em hiperinflação deteriorando cada vez mais a qualidade de vida da população. É nesse complicado contexto nacional em que a tragédia com o césio-137 se desenrola.

Nesse sentido, o presente trabalho buscará categorizar a tragédia com o césio-137 enquanto um evento que, ainda que situado numa conjuntura histórica específica do país, a temporalidade e magnitude do fato extrapolam as noções de tempo do acontecimento em si. A concepção de evento duradouro ou de um passado que persiste, insuperado, sugere que certos eventos históricos, mesmo que ocorridos há muito tempo, de alguma forma ou outra, seguem influenciado a realidade cotidiana daqueles e daquelas que o enfrentam, através de estigmas e traumas. A pesquisadora do caso e antropóloga Telma Camargo da Silva (2002), conta que o desastre ainda hoje traz enormes prejuízos para a vida das vítimas afetadas. Além disso, Suzana Helou (1995) argumenta que a tragédia com o césio-137 está essencialmente ligada a uma tentativa consciente de apagamento de sua memória e também do silenciamento que o envolve o, uma vez que desencadeou problemas políticos, sociais, econômicos e escancarou o despreparo do Estado para atender uma ocorrência desta natureza.

O filósofo Paolo Rossi nos convida a refletir que vivemos em um mundo repleto de lugares de memória há muito tempo, onde imagens têm como função de evocar memórias. Algumas dessas imagens, como por exemplo as encontradas nos cemitérios, recordam-nos de pessoas que já se foram. Outras, como grandes santuários e cemitérios de guerra trazem a mente não só indivíduos, como também eventos grandiosos ou tragédias monumentais. Isto é, na vida cotidiana, uma infinidade de imagens nos guia em nossos comportamentos, sugerindo ações e maneiras de agir (Rossi, 2010, p.23).

Assim sendo, a memória não se restringe apenas ao passado, mas também abarca nossa identidade e, por conseguinte, nossa própria permanência no futuro. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a noção de temporalidade da tragédia e como a mesma é interpretada ao longo do tempo e por aquelas pessoas diretamente afetadas.

Telma Camargo da Silva (2002) reafirma que o descaso, o silenciamento e o esquecimento faz com que o fato ainda não seja superado pela sociedade, uma vez que eventos de trauma coletivo e/ ou injustiças históricas podem ser mais difíceis de serem superadas pois deixam profundas marcas na identidade pessoal e do grupo que vivenciou o evento.

Para o sociólogo Michael Pollak (1985), pode-se imaginar que, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção da coerência de uma comunidade e/ou indivíduos, de sua própria história, assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para construir, a memória individual em muitas tensões e contradições. Na falta de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio, o trabalho da memória individual é indissociável da organização social. Como foi dito acima, o acidente de Goiânia tem sido alvo de intensa investigação nas áreas das ciências naturais e da saúde uma vez que o temor relacionado à doenças provenientes da exposição radioativa revela um futuro incerto onde o imaginário coletivo é permeado por possibilidades sombrias, no entanto é notável a escassez de abordagens das ciências humanas e principalmente sob ponto de vista da história sobre o evento.

O historiador Marc Bloch em sua célebre obra *Apologia da História* (1949) enfatiza que a compreensão do presente é profundamente enraizada no conhecimento do passado. Sem esse entendimento, de acordo com o historiador francês, seria impossível interpretar os desafios contemporâneos de maneira eficaz. Bloch ainda defende que o papel do historiador não se limita a apenas relatar os eventos passados, mas compreender a complexidade dos fenômenos históricos investigando suas causas e consequências através da vida comum das pessoas, o que permite uma vasta possibilidade de compreensão de fatos que escapam da "história oficial" (Bloch, 2017, p.65).

Ademais, de acordo com Paul Ricoeur (2007) há um papel fundamental da memória na formação das identidades, sejam elas individuais e/ou coletivas, salientando que contamos "histórias" para dar significado ao nosso passado e construir uma compreensão do futuro. O autor também explora as implicações éticas do esquecimento, especialmente quando se trata de questões sensíveis como traumas e injustiças passadas, alegando que o esquecimento opera a fim de "preservar" um status quo ou que de alguma forma "mancham" a reputação moral do Estado.

O primeiro capítulo a compor o presente trabalho se propõe a oferecer uma contextualização histórica e sociopolítica do Brasil na década de 1980, debatendo a

crise econômica, a fragilidade das instituições e ausência de políticas adequadas para lidar com emergências, além disso, o capítulo busca explicar as condições que formaram um facilitador para que um acidente radiológico ocorresse.

O segundo capítulo dedica-se a mapear o debate conceitual acerca das complexas relações de tempo, memória e experiências de desastres. discutindo o tempo, tanto físico quanto psicológico e como essas concepções influenciam a percepção de desastres e suas consequências, nesse sentido o capítulo busca oferecer um entendimento de como as experiências de desastres moldam a percepção temporal e a memória coletiva, revelando as tensões entre esquecimento e lembranças em contextos de trauma social.

O terceiro capítulo explora a evolução da história até a valorização da história oral como uma fonte teórica essencial. Este capítulo mostra como as narrativas pessoais e as memórias das vítimas do acidente com o césio-137 em Goiânia oferecem uma perspectiva única. Através da análise de entrevistas, busca-se entender o impacto do acidente através das experiências e vozes daqueles que foram afetados, destacando a importância da história oral na construção de uma compreensão mais completa e humana dos desastres.

Capítulo I: Brasil nos Anos 80: Cenário Histórico do Acidente com Césio-137

No presente capítulo, será feita uma contextualização política, social e econômica do Brasil na década de 1980, um período marcado por transições significativas e turbulências, para entendermos em que conjuntura histórica específica se deu o acidente com o Césio-137. Esta década foi caracterizada pelo fim da ditadura civil-militar e a transição para a democracia, com a promulgação da nova Constituição em 1988. Além disso, a economia brasileira enfrentava desafios como hiperinflação, desemprego e desigualdade social acentuada. Compreender esse cenário de transformação e incerteza é necessário para se ter uma visão aprofundada dos impactos do acidente, que serão analisados nas seções subsequentes deste trabalho.

1.1 Uma breve contextualização do Brasil dos anos 80

Antes de iniciar as discussões as quais esse trabalho se propõe é necessário contextualizar o leitor sobre o momento específico do qual o Brasil vivia na década de 1980, uma vez que esse período é marcado por uma intensa crise econômica, social e política que vai evidenciando a fragilidade governamental, instituições em processo de consolidação e a falta de políticas específicas e estruturadas para lidar com eventos emergenciais. Portanto, entender o contexto socioeconômico e político do país nesse período é fundamental para compreender as falhas na gestão de incidentes, suas repercussões, bem como a sequência de eventos que levam ao esquecimento.

Desde a década de 1960, o Brasil vivenciava uma enorme polarização política que culminou num golpe militar, resultando em 21 anos de centralização do poder e intensa repressão aos movimentos sociais, com a suspensão de direitos políticos². A Lei de Segurança Nacional impôs punições severas para crimes políticos e o poder coercitivo foi regularmente usado para enfrentar conflitos sociais resultando em prisões e cassações de mandatos parlamentares, exoneração em cargos públicos e até mesmo prejuízos a indivíduos não pertencentes à burocracia

² O Congresso Nacional perdeu grande parte de suas funções legislativas devido aos Atos Institucionais e Complementares, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, transformando o governo num regime autoritário.(Versani, 2010, p.)

estatal. De acordo com Maria Helena Versiani a repressão foi denunciada por estudantes, professores, intelectuais, artistas, setores da Igreja entre outros, que expuseram perseguições e torturas aos presos políticos (Versani, 2010, p.235)

Conforme as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, a política de abertura gradual foi iniciada pelo general Ernesto Geisel e seu assessor Golbery do Couto e Silva em 1975 buscavam descomprimir o regime. Desde o fim da década de 1970 e início de 1980, uma nova Constituição vinha sendo proposta, refletindo a necessidade de construir uma cidadania inclusiva e a ruptura com o governo ditatorial. Os militares tentaram controlar a transição, mas enfrentaram ampla resistência. Geisel tentava promover uma abertura controlada para manter a oposição longe do poder, mas a "anticandidatura" de Ulysses Guimarães em 1973 e a vitória do MDB nas eleições de 1974 mostraram uma crescente mobilização oposicionista. Apesar de declarar que o país já vivenciava um "regime democrático" em 1977, Geisel tomou medidas arbitrárias para beneficiar seu partido, e a reforma partidária de 1979 fragmentou a oposição. (Schwarcz, Starling, 2015, p.699)

A crise econômica e a perda de legitimidade militar no final dos governos Geisel e de seu sucessor João Batista Figueiredo impediram a institucionalização de uma ordem autoritária. Figueiredo, presidente a partir de 1979, continuou a abertura política, reintroduzindo o pluripartidarismo e promulgando a Lei da Anistia, que não atendeu todas as demandas da oposição.

Mesmo com a repressão a manifestações e o aumento do terrorismo de direita, o Congresso aprovou a restauração de eleições diretas para governadores em 1980. As campanhas pelas "Diretas Já" mobilizaram o país, mas a Emenda Dante de Oliveira, propondo eleições diretas para presidente, foi rejeitada em 1984. Nesse contexto, formou-se a Aliança Democrática, que elegeu indiretamente Tancredo Neves para a Presidência e José Sarney para a Vice-Presidência em janeiro de 1985. Esse momento marcou um passo significativo na superação do regime ditatorial no Brasil, pavimentando o caminho para a transição a um regime civil e democrático. Entretanto a ditadura civil-militar estava em seus momentos finais, ainda era necessário um árduo trabalho para criar meios de reverter a intensa crise econômica em que o país se encontrava, uma vez que o regime passou por diferentes fases no setor econômico.

A eleição de Tancredo Neves, em 1985, representou uma esperança de democratização, mas às vésperas da posse, o presidente recém eleito foi internado com fortes dores abdominais e passou por complicações e cirurgias, resultando em sua morte em 21 de abril de 1985. José Sarney, Vice-Presidente, assumiu provisoriamente o governo e, posteriormente, foi efetivado como Presidente da República. Sarney, inicialmente visto com desconfiança devido à sua ligação anterior com o regime militar, enfrentou desafios complexos, principalmente na área econômica.

Como aponta o historiador e cientista político Boris Fausto (1995), a inflação chegou a 235,5% em 1985, o crescimento desigual e o aumento da desigualdade social colocou José Sarney em um momento complexo e delicado. O governo começaria a pôr em prática diversos planos para tentar estabilizar a economia do País, sendo o Plano Cruzado uma das principais tentativas de estabilização econômica nacional. Implementado em fevereiro de 1986, o plano buscava combater a inflação através do congelamento de preços e salários, e da substituição da moeda nacional, o cruzeiro, pelo cruzado. No início o plano gerou otimismo e apoio popular, resultando em um crescimento econômico e aumento do consumo, no entanto, as medidas não foram sustentáveis a longo prazo. A demanda aumentou, mas a oferta de produtos não acompanhou o ritmo, levando à escassez e ao desabastecimento de diversos itens. Muitos produtos desapareceram das prateleiras, e o mercado informal se expandiu significativamente.

Nas eleições parlamentares de novembro de 1986, a popularidade inicial do Plano Cruzado já havia começado a se dissipar, com a percepção de que o plano havia fracassado, mas apesar disso, o MDB, partido de Sarney, conseguiu uma vitória expressiva. Contudo, a necessidade de reajustar tarifas públicas e impostos indiretos, que haviam sido postergados, contribuíram para uma nova explosão inflacionária. A inflação, que o plano tentou conter, voltou a crescer rapidamente, prejudicando ainda mais a economia. Em fevereiro de 1987, a crise das contas externas atingiu um ponto crítico, levando o Brasil a declarar uma moratória, suspendendo unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento de juros da dívida externa de médio e longo prazo aos bancos credores internacionais. Essa

medida gerou uma desconfiança ainda maior entre a população e os mercados internacionais.

A frustração com o fracasso do Plano Cruzado e outros planos econômicos subsequentes resultou em uma hiperinflação que se estendeu pelo restante da década de 1980 e início dos anos 1990. O descontrole inflacionário corroeu os salários e a poupança dos brasileiros, resultando em uma significativa redução na qualidade de vida. Além disso, a instabilidade econômica contribuiu para um cenário de crescente instabilidade política, questionando a capacidade de governança da administração Sarney. Os anos seguintes seriam marcados por uma série de novos planos econômicos, cada um tentando, sem sucesso duradouro, controlar a inflação e estabilizar a economia. A inflação teve impactos devastadores na população brasileira levando a perda do valor real dos rendimentos. Produtos básicos como alimentos, medicamentos, entre outros, tornaram-se cada vez menos acessíveis para muitas famílias, sobretudo as que já viviam em condições de precariedade social. Além disso, a instabilidade e a incerteza econômica dificultavam cada vez mais o planejamento financeiro e impossibilitando alguma forma de reserva monetária.

O congelamento de preços com o Plano Cruzado levou à escassez de produtos, criando longas filas e as prateleiras dos supermercados ficavam vazias. A informalidade cresceu, prejudicando a arrecadação de impostos e as condições de trabalho. A moratória de 1987 aumentou a desconfiança internacional dificultando o acesso a crédito e investimentos estrangeiros, agravando a crise econômica. A hiperinflação subsequente destruiu economias e abalou a confiança no sistema financeiro, resultando em uma drástica diminuição no padrão de vida e um aumento da desigualdade social.

Antes de abordarmos o objeto que esse trabalho pretende analisar, faz-se necessário refletir sobre alguns conceitos básicos. Um “acidente” refere-se a um evento inesperado e/ou indesejado, resultando em danos tanto materiais quanto humanos. Os termos "incidente" e "acidente" são sinônimos no dicionário, mas no cotidiano têm significados diferentes: o primeiro refere-se a situações corriqueiras e desagradáveis, enquanto o último se refere a eventos catastróficos. No caso do acidente de radiológico de Goiânia, inicialmente foi transmitida a ideia de que era

apenas um "incidente", sugerindo um evento de pequeno impacto e de fácil resolução. Isso criou a impressão de que o Brasil tinha controle efetivo sobre fontes radioativas e que as autoridades estavam preparadas para lidar com acidentes de grande impacto. (Barbosa, 2009 p. 16-18). A ausência de intenção não exclui a responsabilidade, que pode ser individual, empresarial, estatal ou uma combinação dessas. A análise das causas do acidente muitas vezes ignora os contextos organizacionais, sociais, políticos e econômicos, sendo esses, facilitadores para tal evento.

1.2 Do descaso à catástrofe: o acidente radioativo com o céσιο-137 em Goiânia

No centro da cidade de Goiânia funcionava o Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), que operava em um terreno emprestado pela Sociedade Vicente de Paulo (SSVP) desde o ano de 1972, com o compromisso de prestar serviços gratuitos aos pacientes da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, até então administrada pelo SSVP. Em 1984, a Santa Casa acusou o IGR de descumprir o acordo, decidindo vender o terreno para o Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiânia (Ipasgo) antes que fosse efetivada a ordem de despejo dos antigos donos do IGR.

Apenas no ano seguinte é que o IGR mudou-se de endereço, deixando para trás parte de seu mobiliário e equipamentos, incluindo um aparelho utilizado para realizar radioterapia contendo uma cápsula de céσιο-137, de acordo com a antropóloga Suzane de Alencar Vieira, após a venda do local a justiça teria o papel de administrar a burocracia e os conflitos que permearam esse processo:

Nos dois anos seguintes, caberia à justiça o papel de administrar o conflito entre o antigo, e o novo proprietário do imóvel e o IGR. No mês de maio de 1987, o IPASGO, novo dono do imóvel, iniciou a demolição do prédio. Todavia, uma liminar judicial o obrigou a interromper a destruição (Vieira, 2014, p, 15).

Com o impasse judicial em curso, o prédio, que já se encontrava parcialmente destruído, ficou abandonado abrigando em suas dependências o equipamento contendo o material radioativo. Dessa forma o mesmo permaneceu pelos próximos três anos, de 1985 a 1987, sem nenhum tipo de fiscalização³ pela Comissão de

³ Em fevereiro de 1978, o Decreto nº 81.384 transferiu a responsabilidade de fiscalização de fontes radioativas ionizantes para as Secretarias Estaduais de Saúde. O mesmo decreto determinou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) deveria estabelecer as normas de radioproteção que orientaram a fiscalização atribuída às secretarias. No entanto, o CNS entrou em recesso por um período de seis anos. Em consequência, a normatização da fiscalização dos equipamentos radioativos, que deveria

Energia Nuclear (CNEN), órgão responsável por regulamentar e supervisionar as atividades nucleares no Brasil. Dessa forma o conflito de interesse econômico e político agenciado judicialmente ensejaria a irrupção da tragédia⁴.

Em setembro de 1987, o equipamento abandonado chamou atenção de dois moradores do Bairro Popular vizinho ao antigo instituto, Wagner e Roberto. Desempregados naquele contexto, ambos acreditavam que aquele amontoado de ferro e chumbo poderia lhes render uma grande quantidade de dinheiro. Por esse motivo, removeram parte do equipamento das ruínas com a ajuda de um carrinho de mão e decidiram levá-lo à casa de Roberto na rua 57, para iniciar o desmonte da peça e assim vendê-la a algum ferro velho na cidade.

Roberto e Wagner tentaram separar o chumbo da parte que continha a fonte radioativa no dia 13/09/87. Wagner, usando ferramentas inadequadas, conseguiu romper a "janela de irídio", de 1 mm de espessura, da fonte de cézio (Alves, 1988, p.5.). Nesse momento, Wagner e Roberto se tornaram as primeiras vítimas do que mais tarde se revelaria como um dos maiores acidentes radiológicos do mundo.

Após a desmontagem, a peça de chumbo foi vendida a Devair, dono de um ferro-velho localizado na rua 26-A. No primeiro momento, a cápsula radioativa não despertou interesse do comprador pois não representava ter algum valor comercial aparente, mas foi incluída na negociação e deixada no ferro-velho. Não demoraria para que aquele objeto despertasse a curiosidade de Devair, que ficou encantado com o forte brilho azul que emanava da peça.

Entusiasmado, Devair contou a novidade para toda vizinhança o que havia acabado de descobrir, distribuindo pequenos fragmentos do material que se desprendia do interior da cápsula aos parentes e amigos.

ter sido elaborada pelo CNS, só foi retomada em 21 de dezembro de 1988, dez anos após a determinação legal, e mais de um ano após a ocorrência do acidente radioativo em Goiânia (Secretária de Estado da Saúde de Goiás Governo de Goiás, 2024, p.28).

⁴ Pelo fato das radiações serem altamente prejudiciais aos seres vivos, ao deixar para trás a aparelhagem, o Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) deveria ter sido comunicada, mas isso não ocorreu, desse modo o cabeçote de chumbo, contendo produto altamente radiativo ficou sem nenhuma fiscalização ou segurança (Vasconcelos, 2014, p. 29).

No dia 18 de setembro de 1987, o material foi vendido para um depósito de ferro-velho. O dono do depósito, intrigado com a beleza da luminosidade azul que provinha da cápsula, a levou para dentro de sua casa, deixando-a na sala - acessível ao contato da família, amigos e vizinhos. Durante esse período, fragmentos do tamanho de um grão de arroz, retirados com o auxílio de uma chave de fenda, foram distribuídos entre várias pessoas, em sua maioria parentes e amigos (FUNLEIDE, 1988. apud. Miranda et al., 2005, p.60).

Ivo, irmão de Devair, curioso com a descoberta, foi até o ferro-velho, onde chegou a receber de presente pequenos fragmentos de pó. Igualmente encantado, decidiu levar para casa e mostrar a sua família. Leide, filha caçula de Ivo e Lourdes, brincou com o pó e, sem lavar as mãos, ingeriu fragmentos de céσιο-137, tornando-se a vítima atingida em maior grau de contaminação e símbolo⁵ da tragédia.

Dois símbolos básicos emergem dessas narrativas: a menina Leide das Neves e o brilho azul da cápsula, cuja ambiguidade baliza as narrativas em torno da inversão trágica e do paradoxo. Esses dois elementos polarizam dois momentos cruciais: o encantamento ou a sedução que as partículas luminosas provocavam e a ameaça da contaminação radiológica terrível e fatal; fragilidade e força descomunal (Vieira, 2010 p. 56).

Entre os dias 19 e 29 de setembro, a radioatividade se espalhou livremente pelos bairros de Goiânia. As partículas radioativas suspensas no ar foram transportadas pelo vento e precipitaram sobre o solo, plantas e animais. As pessoas contaminadas tornaram-se fontes radioativas e irradiaram o componente químico por onde quer que fossem, contaminando ruas, casas, objetos, veículos de transporte público, hospitais e ambulatórios.

Logo nos primeiros dias, as pessoas que tiveram contato com o material sentiram a irradiação, seja direto na pele (contaminação externa), seja pela inalação, ingestão, absorção por lesões da pele (contaminação interna) e passaram a apresentar os sintomas iniciais da contaminação radioativa: náuseas, vômitos, diarreia, tonturas e lesões de pele, especialmente, queimaduras. Na medida em que os sintomas iam se manifestando as vítimas buscavam atendimento médico em hospitais da região e iam sendo tratadas conforme suas necessidades.

⁵ Leide das Neves, com apenas seis anos de idade, foi a vítima detectada com o mais alto grau de radioatividade no corpo, com um agravante, sua contaminação era aguda, externa e interna, o que dificultou o tratamento. A criança se contaminou por brincar com o elemento químico, e logo após, comer ovo cozido sem lavar as mãos, ato que levou Leide a ter um destino fatal. A imagem da criança foi estampada em toda a mídia e passou a ser o símbolo da tragédia de Goiânia. (Vasconcelos, 2014, p.39)

Maria Gabriela, esposa de Devair, foi a primeira pessoa a conjecturar a possibilidade de que o objeto luminoso trazido pelo marido poderia ser o causador dos sintomas que seus familiares manifestaram, e tomou a importante decisão de levar a cápsula até a Vigilância Sanitária da cidade em busca de respostas.. Maria Gabriela e o funcionário Geraldo embarcam num ônibus e se dirigiram ao seu destino, entregando a cápsula dentro de um saco à divisão de cadastro da instituição, que em seguida o encaminhou para a divisão de alimentos, permanecendo ali até o dia seguinte.

O físico Walter Mendes foi comunicado sobre o caso e prontamente conseguiu um cintilômetro⁶ cedido pela extinta Empresas Nucleares Brasileiras S/A (NUCLEBRÁS). Com ele, constatou que o objeto era altamente radioativo, uma vez que o equipamento que o físico portava havia excedido sua capacidade de medição a muitos metros de onde se encontrava a fonte deixada por Maria Gabriela. As autoridades estaduais isolaram os locais potencialmente contaminados antes da chegada das autoridades federais. Na madrugada de 30 de setembro, famílias expostas à radiação foram evacuadas pela Polícia Militar de Goiás e pela Vigilância Sanitária, sob o pretexto de um vazamento de gás (Barbosa, 2009, p.43-44).

Passaram-se dezesseis dias entre a abertura da cápsula de césio-137 até o momento em que as autoridades e comunidade local vieram a tomar conhecimento da situação. O acidente gerou um clima de pânico em Goiânia, levando muitas pessoas a se reunirem no ginásio Olímpico para serem monitoradas e garantir que não estivessem contaminadas.

A cidade de Goiânia passou a ser ocupada por um grande número de pessoas responsáveis pela divulgação dos acontecimentos, remoção do material radioativo, execução de serviços de monitoramento e de suporte geral , e pelo tratamento das pessoas radioacidentadas (FUNLEIDE, 1988. apud. Miranda. et al. 2005, p.60).

⁶ O cintilômetro é um instrumento utilizado para detectar e medir radiação, especificamente a radiação eletromagnética, como os raios gama. Seu funcionamento ocorre da seguinte forma: o cintilômetro é aproximado da fonte radioativa, e a radiação incidente atinge um cristal de iodeto de sódio ativado com tálio, provocando uma pequena cintilação. Essa cintilação é convertida em um impulso elétrico pela válvula fotomultiplicadora, que amplifica esse impulso. Após a amplificação, os impulsos elétricos são medidos por um microamperímetro. A intensidade da radiação pode ser verificada no visor do cintilômetro, com a medida expressa em contagens por segundo (cps). BRASIL. Museu de Astronomia e Ciências afins. **Cintilômetro**. Rio de Janeiro, 2010.

A contaminação havia se espalhado tanto por contatos pessoais diretos entre pessoas que manusearam a fonte radioativa quanto por relações comerciais, envolvendo a venda e circulação de mercadorias contaminadas. A situação escancarou o despreparo técnico e político das autoridades para lidar com uma emergência dessa magnitude. As informações disponíveis muitas vezes eram contraditórias, com técnicos emitindo pareceres que divergiam dos laudos de seus colegas. As principais áreas contaminadas foram imediatamente isoladas e foi estabelecido um sistema de triagem de pessoas suspeitas de contaminação no Estádio Olímpico de Goiânia.

1.3 Caos, ineditismo e os desdobramentos do evento

Um acontecimento inédito como o nome já sugere, é um evento onde na maioria das vezes não há um precedente histórico, dessa forma, existe uma grande demora para que medidas emergenciais eficazes sejam estabelecidas. Entre as décadas de 1970 e 1980 a discussão sobre políticas ambientais estava em estágio inicial, sendo diretamente afetada pelas transformações políticas, sociais e econômicas da época. Foi apenas nos anos 1970 que o país começou a estabelecer suas primeiras leis ambientais e criar instituições específicas para lidar com as questões do meio ambiente.

A CNEN tomou conhecimento do acidente radiológico em Goiânia em 29 de setembro de 1987, às 15 horas, através de um telefonema do físico Walter Mendes ao Departamento de Instalações Nucleares (DIN). O contato foi feito a pedido do Secretário de Saúde do Estado de Goiás, Dr. Antônio Faleiros, que informou sobre várias pessoas no Hospital de Doenças Tropicais (HDT) e no Estádio Olímpico apresentando sintomas de síndrome de radiação. Ele também alertou sobre a detecção de níveis de radiação acima do natural em diversas pessoas e que alguns locais já haviam sido isolados (Nazaré, 1988, p. 15).

A partir do dia 29 de setembro de 1987, uma equipe operacional começou a atuar na cidade, o manuseio e transporte indevido resultaram na contaminação de diversas pessoas e pontos da cidade. Quando a notícia tornou-se pública, por conta da particularidade do evento, foi necessário mobilizar um grande aparato para conter o avanço da contaminação e fazer circular uma série de informações que antes estariam restritas somente a especialistas no campo da ciência e tecnologia. No

dia primeiro de outubro, a CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear solicita duas ambulâncias à FURNAS e transfere através da FAB, seis pacientes com níveis altos de contaminação para o Hospital Naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro.

Foi acionado um plano de emergência, do qual participaram: FURNAS, NUCLEBRAS, DEFESA CIVIL e a ala de emergência nuclear do Hospital Naval Marcilio Dias (HNMD). A CNEN enviou técnicos e equipamentos, solicitando à NUCLEBRAS reforço médico. FURNAS e a FAB foram colocadas de sobreaviso (CNEN, 1988, p. 15).

Cabe destacar que a pouco mais de um ano antes da tragédia em Goiânia, ocorreu o acidente na Usina V. I. Lenin, em Chernobyl, quando após um teste mal sucedido fez com que um dos reatores nucleares da usina explodisse dispersando uma intensa fumaça radioativa que se estendeu por diversas partes da Europa.

No dia 26 de abril de 1986, à 1h23min58, uma série de explosões destruiu o reator e o prédio do quarto bloco da Central Elétrica Atômica (cea) de Tchernóbil, situado bem próximo à fronteira da Belarús. A catástrofe de Tchernóbil se converteu no mais grave desastre tecnológico do século XX. (Aleksiévitch, 2016, p.9)

O desastre em Chernobyl teve um impacto global, provocando medo e um intenso debate sobre o uso de energia nuclear, principalmente no continente europeu . As informações sobre Chernobyl ampliaram a conscientização sobre os perigos da radiação e os efeitos devastadores de um acidente nuclear, de modo que essas informações também tiveram um grande impacto durante a fase emergencial em Goiânia. A divulgação do acidente rapidamente adquiriu grande proporção, gerando medo comparável aos efeitos psicológicos dos desastres em Hiroshima, Nagasaki, Three Mile Island e Armero. Este fenômeno foi observado tanto no contexto do acidente em Goiânia quanto em eventos como o desastre de Chernobyl e as explosões atômicas do século XX. O medo da radiação atômica persiste desde então, similar ao medo contemporâneo do terrorismo, guerras e violência nas grandes cidades.

A radioatividade é silenciosa, invisível, inodora e incolor, com efeitos que geralmente se manifestam a longo prazo após a exposição. Sendo assim, diante da dificuldade em determinar rapidamente a disseminação e extensão dos grupos afetados, gerou na população de Goiânia um estado de tensão e medo (Chaves, 1998, p.12).

Na década de 1990 um estudo produzido pelos psicólogos Sebastião Costa Neto e Suzana Helou descrevem diversas reações emocionais e sentimentos observados durante essa fase, as pessoas afetadas apresentavam temores de doenças causadas pela radiação, ansiedade, insegurança, tensão, processos regressivos, autoimagem comprometida, baixa autoestima, retraimento, sentimento de impotência, perda de identidade, ansiedade causada pela expectativa de morte, culpa, tristeza, angústia, exacerbação das defesas, desamparo, vivência de discriminação social, sentimento de perda, crises de choro e gritos, raiva, histeria, medo do futuro, reações psicossomáticas, autodiscriminação e psicopatias. Em crianças, observou-se ainda distúrbios do sono, enurese noturna e fantasias de perda de membros; em outro estudo, Suzana Helou (1990) descreve as reações e sentimentos apresentados durante a fase crítica do acidente: sentimento de perdas materiais, mudança afetiva e mudança do papel social (Helou, Neto, 1995, p.73).

Celia Vasconcelos salienta na medida em que a população assimilou essas informações, passou-se a adotar um comportamento discriminatório em relação aos acidentados pela radiação e, posteriormente, em relação aos moradores que moravam próximo das áreas identificadas como foco de contaminação:

O medo permeou a comunidade, o pavor de serem contaminados pelo produto radioativo de brilho azulado foi responsável por quebrar vínculos de respeito, amizade e parentesco durante muito tempo na capital de Goiás (Vasconcelos, 2014, p, 37).

Em outubro, começaram os procedimentos de controle e descontaminação das áreas afetadas pela radiação. E mais tarde veio a público a notícia das duas primeiras vítimas fatais em decorrência da contaminação: Maria Gabriela e Leide das Neves. Seus sepultamentos seguiram medidas rigorosas de radioproteção recomendadas pela CNEN, mas não foram suficientes para conter os protestos. Cerca de 2000 pessoas residentes dos entornos do cemitério onde as vítimas seriam enterradas, manifestaram-se contra o sepultamento naquele local, logo recorreram a pedras, cruzes entre outros objetos para impedir a que a camionete blindada adentrasse o local (Barbosa, 2009, p.48).

Enquanto as urnas das vítimas aguardavam para serem transportada, parentes e vizinhos contaminados permaneceram isolados no hospital do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) ou em barracas no

Estádio Olímpico, aguardando transferência para alojamentos públicos improvisados pela FEBEM, ao mesmo tempo em que suas casas eram destruídas como parte da "Operação Césio", conduzida pela CNEN.

Erguia-se nas ruas uma barulhenta operação orquestrada por técnicos vestidos com macacões de proteção como astronautas em um mundo revirado e subvertido pela energia radioativa. Retroescavadeiras, empilhadeiras, brita, areia e cimento afinados em um concerto de destruição (Vieira, 2014, p.20).

Com a descoberta do acidente radioativo, a força-tarefa da “Operação Césio 137” teve a missão de controlar os impactos ambientais e promover a segurança da população. As ações mobilizaram recursos e centenas de trabalhadores para identificar e isolar locais e objetos contaminados. Sete residências foram demolidas, e quarenta e uma foram evacuadas. Pertences dos moradores que não foram descontaminados e que representavam suas conquistas materiais e memórias, viraram rejeitos. Móveis, objetos de uso pessoal, fotografias, jóias, roupas e sapatos tiveram que ser descartados. Apesar dos protestos dos moradores, o então distrito de Abadia de Goiás recebeu os rejeitos do césio 137, na noite do dia 25 de outubro de 1987.

Em 5 de junho de 1997, foi inaugurado o Depósito de Rejeitos Radioativos de Abadia de Goiás. Semelhante a um grande monólito de concreto e aparência de uma pequena elevação do terreno, pois foi coberto por camadas sucessivas de matérias próprias para drenagem dirigida, com a função de evitar o contato das águas da chuva com o repositório. Externamente, foi revestido por isolantes com base em resina e betume. Os rejeitos devem perder o poder radioativo em 300 anos (Governo de Goiás, 2024, p.129).

O acidente radiológico teve impactos extremamente danosos, desestruturando famílias e gerando preconceito e discriminação. O medo da contaminação também causou grandes prejuízos econômicos para o estado de Goiás, com cancelamentos de pacotes turísticos, quedas no movimento de hotéis e redução das vendas no comércio local. Voos e eventos foram cancelados, e produtos goianos sofreram boicotes. Apesar dos esforços das autoridades públicas em desenvolver um plano de emergência que demonstrasse segurança e competência, grande parte da população desenvolveu um forte sentimento de medo e revolta.

A resposta pública foi limitada e reativa, desencadeando graves consequências psicológicas entre as vítimas, muitas vezes mais severas que a própria contaminação. De acordo com o historiador Eurípedes Monteiro, a finalização do processo de descontaminação radioativa dos locais e das pessoas não encerra o evento ou suas consequências. Pelo contrário, marca o início de uma série de desdobramentos que incluem processos judiciais, estudos científicos sobre as consequências da exposição prolongada à radiação, e a dificuldade de identificar novas vítimas de um evento de tamanha magnitude e totalmente fora de controle nos períodos iniciais de contaminação (Monteiro, 2016 p.47-49).

Como evidente não apenas no acidente com o Césio-137, mas também com Chernobyl e as recentes rupturas das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), desastres ambientais e tecnológicos têm impactos devastadores, não apenas destruindo casas e bens materiais, mas também afetando profundamente a memória, os pontos de referência e a identidade das pessoas atingidas. Esses eventos resultam na perda irreparável de objetos pessoais carregados de significado histórico e emocional, além da destruição de estruturas físicas que representam espaços de enraizamento cultural e social para comunidades inteiras. A reconstrução após um desastre dessa natureza vai além da infraestrutura física, envolvendo a recuperação da identidade coletiva e da memória individual, essenciais para a recuperação das pessoas afetadas.

Os estudos sobre a temporalidade e memória têm revelado como eventos como o acidente com o césio-137 se estendem para além do momento imediato da tragédia, criando impactos duradouros que moldam a experiência coletiva e individual ao longo do tempo. No campo das ciências sociais e dos estudos históricos, conceitos como tragédia, desastre, trauma, silenciamento e esquecimento são fundamentais para compreender a complexidade dessas dinâmicas.

A tragédia é vista não apenas como um evento fatídico, mas como um marco que redefine narrativas e identidades coletivas. O trauma, por sua vez, implica uma cicatriz psíquica que pode perdurar por gerações, influenciando comportamentos e percepções sociais. O silenciamento e o esquecimento são processos pelos quais o Estado e a sociedade, intencionalmente ou não, escolhem quais eventos serão lembrados ou apagados da memória coletiva. Portanto, o próximo capítulo visa aprofundar essas teorias e discutir como a narrativa do acidente com o césio-137 se

encaixa nesses conceitos, elucidando as maneiras pelas quais tais eventos são integrados, manipulados ou omitidos pela sociedade e pelo Estado ao longo do tempo.

Capítulo II: Construções Teóricas: Temporalidade, Desastre e Memória

No capítulo dois, será abordada a discussão teórica que irá nortear este trabalho, aprofundando-se nos conceitos de tempo, memória, desastre, esquecimento, silenciamento e trauma. Este capítulo tem como objetivo estabelecer uma base sólida para a análise subsequente, explorando como esses conceitos interagem e se manifestam no contexto do acidente com o césio-137 em Goiânia. Através da revisão de literatura e de abordagens teóricas, serão discutidas as diferentes perspectivas sobre a temporalidade dos eventos, a construção e reconstrução da memória coletiva e individual, as dinâmicas do esquecimento e do silenciamento, e os impactos profundos e duradouros do trauma em comunidades afetadas por desastres. Essa fundamentação teórica permitirá uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados e fornecerá as ferramentas analíticas necessárias para a análise das entrevistas que será realizada no capítulo subsequente.

2.1 Temporalidade e as relações de memórias

Toda tentativa de definir o conceito de tempo de forma singular falha inevitavelmente em capturar sua essência, uma vez que qualquer esforço para racionalizar sua natureza resulta em dilemas insolúveis. Desse modo, o pensamento humano se vê compelido a restringir o tempo a concepções aparentemente contraditórias, aceitando ambas simultaneamente ou optando por uma em detrimento da outra.

O *passado* não existe, pois já se foi; o *futuro* também não existe, pois ainda não acontece. [...] esses dois conceitos apenas fazem sentido dentro da experiência humana vivida, dentro da racionalização e consciência do momento presente pelo ser humano - , ou seja, o tempo psicológico. (Marques, 2008, p. 45).

Se considerarmos que o tempo físico é independente de nós, pois é o tempo da natureza, ele na verdade nem precisaria ser percebido, isso nem mesmo seria possível. Este tempo é o presente absoluto da ação, pois não se refere ao passado ou ao futuro. O passado não existe mais, pois já passou; o futuro ainda não existe, pois ainda não ocorreu. Portanto, esses dois conceitos só fazem sentido dentro da experiência vivida, dentro da racionalização e da consciência de seu decorrer eles constituem o valor da memória e da projeção, causas e consequências do momento

presente, que é medido pelo ser humano, ou seja, o tempo psicológico.

Para Reinhart Koselleck, o historiador precisa servir-se de metáforas retiradas da noção espacial se quiser tratar adequadamente as perguntas sobre diferentes tempos.

A história sempre tem a ver com tempo, com os tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente. De maneira semelhante, “acontecer, [*geschehen*], verbo que antecede a “história” [*Geschichte*], nos remete primeiramente a “apressar-se, correr ou voar”, ou seja, ao deslocamento espacial* (Koselleck, 2014, p.9).

Tendo sua obra marcada pelos eventos traumáticos vinculados ao nazifascismo, o historiador alemão vê a temporalidade como a relação entre o tempo e a experiência histórica, destacando a diferença entre passado, presente e futuro, introduzindo duas categorias fundamentais: "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa". O espaço de experiência refere-se ao passado vivido e ao conhecimento acumulado a partir de eventos anteriores. Já o horizonte de expectativa está ligado às expectativas e projeções para o futuro, que são moldadas pelas experiências passadas, mas também podem ser diferentes delas. Isso implica, primeiramente, que apenas o presente é real, mas também que qualquer tempo vivido por nós só faz sentido quando comparado com o tempo que ainda não é ou já não existe – o que se constitui no processo fundamental da consciência humana e, de forma mais específica na compreensão da história. Este tempo é, em linhas gerais, a temporalidade.

Desse modo, no acidente em Goiânia, a primeira reação por parte da população ao saber do vazamento radioativo foi o pânico. As informações se espalharam rapidamente e muitas vezes de forma desordenada, fazendo com que a percepção de segurança e normalidade do cotidiano fosse abalada drasticamente. A No premiado livro da escritora ucraniana Svetlana Aleksievitch, *Vozes de Tchernóbil*, publicado no Brasil em 2016, a autora conta a dura experiência ao saber que seu lugar de referência estava envolto pela radioatividade da usina nuclear:

Na noite do dia 26 de abril de 1986, em apenas uma noite nos deslocamos para outro lugar na história. Demos um salto para uma nova realidade, uma realidade que está acima do nosso saber e acima da nossa imaginação. Rompeu-se o fio do tempo... O passado de súbito surgiu impotente, não havia nada nele em que pudéssemos nos apoiar (Aleksievitch, 2016, p.41).

O passado, que antes era um ponto de referência "seguro" não lhes parecia mais acessível, enquanto o futuro tornou-se uma incógnita assustadora. No momento da emergência do acidente, no "presente", as pessoas sentiram medo pois não conseguiam entender completamente os perigos invisíveis da radioatividade, que por sua vez se disseminou pelo ambiente físico onde esses indivíduos estavam inseridos e continuou a se espalhar independente da percepção inicial das pessoas.

O fato do vazamento da radiação ter sido constatado mais ou menos quinze dias após a perfuração da cápsula radioativa fez com que as pessoas contaminadas e o pó radioativo se espalhassem por uma área extensa seguindo o trajeto das relações sociais e familiares das pessoas envolvidas (Silva, 2005, p. 58).

Esse é o tempo físico, que segue seu curso natural e afeta o ambiente e as pessoas de maneira implacável, sem depender da percepção humana. Durante o acidente, a liberação contínua de radiação teve efeitos imediatos, mas suas consequências se estenderam no tempo e continuam afetando no "agora" a vida dos indivíduos que passaram pela experiência.

Os acidentes tecnológicos, principalmente os que envolvem radiação ou substância tóxica, estabelecem não só um nível de ameaça que termina com a fase crítica, mas também uma parcela de ameaça crônica, que tende a continuar mesmo após o término do evento. Desse modo, o impacto maior pode não passar e a percepção de ameaça continuar indefinidamente. A presença de substância tóxica ou radiação parece gerar um sofrimento persistente. Como o efeito dessas substâncias pode demorar a aparecer, essa característica o torna crônico, e esse padrão de influência pode estender a duração da vitimação (Baum, 1987. apud. Miranda.,et. al, 2005, p.63).

Aplicando aqui o conceito de temporalidade formulado por de Reinhart Koselleck, durante o acidente com o césio-137, o espaço de experiência da população se esvaziou, abrindo um horizonte de encheu de medo, dor e perdas. A presença do desastre se estabelecia no cotidiano dos goianienses mudando a compreensão do presente. Desta forma, o horizonte de expectativa também mudou, uma vez que os efeitos da radioatividade a longo prazo não podem ser claramente previstos.

A antropóloga Telma Camargo da Silva argumenta que a desorganização da ordem sócio-cultural, política e econômica sentida pelos habitantes da cidade de Goiânia no período emergencial foi substituída, ao longo dos anos, pelo silêncio em seus moradores sobre as consequências do desastre e sobre as lembranças do passado. Paralelo a esse emudecimento, o discurso institucional afirmava que o

acidente está superado, que os acontecimentos do desastre faziam parte do passado da cidade e não mais de sua atualidade. No entanto, nas memórias relatadas na privacidade, e, principalmente, no cotidiano dos sobreviventes, a tragédia continua viva:

Esta oposição entre silêncio e lembrança, entre esquecimento e memória, entre relato público e narrativa privada, aponta para as relações de força que forjam a memória no caso de um evento traumático e estabelece fronteiras do que é legítimo lembrar e a quem é autorizada ou permitida a lembrança. Essa dinâmica de poder na produção de lembranças em contexto de desastre engendra uma política de memória que, nesse caso, tem complicações para as políticas públicas de atendimento dos sobreviventes e no processo de revitalização urbana (Silva, 2005, p. 59).

Os psicólogos Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud, que se debruçaram sobre as teorias e obras de Maurice Halbwachs, apontam que a memória não é um fenômeno isolado e sim coletivo. Sendo assim, o indivíduo que lembra está inserido em grupos de referência, sendo a memória construída em grupo e também como fruto do trabalho do sujeito, para tanto a forma como lembramos depende da presença ou ausência desses grupos.

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamento, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade de que o indivíduo tenha de retornar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. (Schmidt & Mahfoud, 1993, p. 288)

Nesse sentido, o grupo de referência influencia a memória individual através das relações sociais, transformando as lembranças em um processo coletivo. A memória pessoal é moldada pela pertença ao grupo, servindo como ponto de convergência e articulação de diversas influências sociais.

No livro *Memória Coletiva* de 1968, posteriormente traduzido e publicado no Brasil nos anos de 1990, Halbwachs definiu o conceito de que dá nome a sua obra, referindo-se à forma como os grupos sociais reconstroem o passado. Nesse sentido, a memória coletiva pode ser entendida enquanto a soma das memórias individuais dentro de um grupo, mas organizada de acordo com as normas, valores e perspectivas dele. Essa abordagem desafia a visão de que a memória é puramente uma função do cérebro individual, destacando a importância do contexto social na formação e preservação das memórias (Halbwachs, 1990, p.131-137).

Por outro lado, Telma Silva afirma que a partir da década de 1990, muitos trabalhos passaram a abordar a política da memória, isto é, as relações de poder empreendidas pelos diversos grupos sociais na produção do esquecimento e da lembrança. Tal concepção reflete a afirmação de Foucault de que

"Se alguém controla a memória de um povo controla também seu dinamismo e sua experiência, os trabalhos contemporâneos têm examinado a luta que diferentes grupos sociais têm empreendido para se contrapor às representações hegemônicas do passado" (Silva, 2005, p. 59)

A produção do saber sobre desastres, portanto, resulta da confrontação entre a memória oficial, sustentada por representações governamentais, e o saber subjogado, oriundo das lembranças e experiências dos sobreviventes. As memórias corporificadas dos sobreviventes estabelecem o cenário para a dinâmica do poder na produção de lembranças e esquecimento e revela o impacto dos desastres muito além dos limites estabelecidos pelo saber dos "dados oficiais".

A presente reflexão sobre o tempo ainda baseia-se em teorias que, com o passar dos anos, foram ganhando outros sentidos, de acordo com a historiadora Juliana Marques. A teoria de Isaac Newton, o uso disseminado da cronometria no século XIV e a partir da invenção do relógio de pêndulo por Christian Huygens no século XVII, foram responsáveis por desvincularam o tempo da visão religiosa medieval e o quantificaram como "absoluto", a Teoria da Evolução no século XIX, marcou a transição da visão mítica e imprecisa da origem humana para um processo natural e mensurável cientificamente (Marques, 2008, p.49).

No século XX, a Teoria da Relatividade e a Física Quântica desafiaram o conceito de tempo absoluto, e a Segunda Lei da Termodinâmica definiu o tempo como irreversível e orientado para o futuro, sugerindo uma linha de progresso que apontaria para um fim possível do tempo quando a entropia atingir o seu máximo. Embora a entropia implique a transição da ordem para o caos, a Teoria da Evolução sugere progresso do caos para a ordem, a resolução dessa aparente contradição mostrou que o caos tende à ordem, manifestando ciclos temporais. Assim, o tempo é uma estrutura interdependente, linear e cíclica, englobando tanto o tempo físico quanto o psicológico.

Tendo em vista que o tempo é percebido de forma linear, isto é, visto como uma linha reta que se estende do passado para o presente até o futuro, e cíclico,

percebido como um "ciclo de repetições", as celebrações são significadas e vividas em ritmos variados, como cinco, dez ou vinte anos, definidas por aqueles que guardam a memória. a memória do evento:

O ritual das celebrações é engendrado, pois, por um tempo cíclico definido segundo os sentidos que a elas querem atribuir os guardiães de memória. Assim, as lembranças e o tempo apropriado para lembrar o passado descortinam, no presente, o campo de forças em que diferentes atores sociais disputam a representação dos eventos passados (Vieira, 2005, p.1).

Essas lembranças revelam no presente as forças sociais que disputam a representação dos eventos passados. Contar o tempo é essencial para entender as dinâmicas por trás dos rituais cíclicos, como aniversários, que representam a vida social. Quando um desastre, como o acidente radioativo de Goiânia, é lembrado, a memória traumática é processada coletivamente quando a comunidade associa a catástrofe à superação e sobrevivência. Como exemplo, a antropóloga Telma Silva cita o furacão Hugo de 1989, onde comunidades na Carolina do Norte e do Sul realizaram várias celebrações no primeiro aniversário do desastre, como festivais, festas e vigílias, as quais só foram possíveis porque as vítimas criaram laços sociais e emocionais fortes durante a superação do desastre, formando uma nova comunidade de pertencimento, nas palavras de Halbwachs, a “comunidade afetiva”.

No entanto, o caso do desastre com césio-137 em Goiânia apresenta uma outra realidade distinta daquelas situações onde a comunidade consegue transformar a catástrofe em uma oportunidade de redenção e pertencimento. Ao contrário dos exemplos como o do furacão Hugo, onde as vítimas puderam se unir em celebrações, festividades e vigílias para simbolizar a superação e fortalecer os laços sociais, no desastre de Goiânia, a falta de uma comunidade afetiva e de um espaço de socialização impediu a formação de uma nova rede de apoio e pertencimento.

Conforme salienta Silva (2005), a memória traumática do acidente não se transformou em uma celebração de resiliência. Ao aprofundarmos os conceitos históricos e examinarmos as razões por trás da falta de uma comunidade afetiva no contexto do acidente com o césio-137, buscaremos entender os fatores que impediram a formação de um espaço de redenção e solidariedade, e refletir sobre as implicações disso para a memória e o legado dos radioacidentados (Silva, 2005, p. 3-5).

2.2 Definições de tragédia e desastre

À primeira vista, o significado de tragédia não oferece dificuldade à compressão. Contudo, a respeito do sentido real de trágico, por oposição ao seu sentido ficcional e poético, até hoje ainda não há definições que dêem conta de explicá-lo de maneira satisfatória. De acordo com o filósofo Ubaldo Puppi existem duas concepções que dividem a preferência daqueles que se debruçam sobre o tema: a primeira se trata, nas palavras do autor, de uma tonalidade afetiva, própria da existência, uma forma de sentimento heróico, previsível em uma vida efetivamente assumida e independente do contexto histórico.

Na segunda concepção, o trágico assume uma forma de sobredeterminação, no sentido que a psicanálise atribui a essa palavra, o que faria do trágico um mero epifenômeno da vida afetiva, conectado no lugar-comum. Dessa forma, o conceito de trágico não deve ser entendido apenas como um conceito poético mas propõe uma análise sobre o conceito existencial do mesmo, tratando-o como um fato concreto da existência humana (Puppi, 1981, p. 46).

De acordo com Puppi, a tradição filosófica não oferece uma classificação clara do trágico como uma emoção específica entre outras tonalidades afetivas, nem como um conceito existencial claro, a compressão do conceito não deve ser simplista nem desconectada da sua evolução histórica e tradição teatral:

Os filósofos que trataram do trágico, o trataram predominantemente como conceito poético, isto é, com referência à tragédia enquanto gênero teatral. Quando o trataram metaforicamente, a partir do teatro, como conceito existencial ou como situação-limite, extrapolaram do suporte: este perde, ou não adquire, - seu significado preciso, enquanto a metáfora se torna tão imprecisa como o suporte. (Puppi, 1981, p.47.)

Nesse sentido o autor define o trágico como um sofrimento exemplar que não apenas afeta individualmente mas também possui uma dimensão social e histórica significativa. O sofrimento revela as profundidades da condição humana diante das circunstâncias extremas, especialmente aquelas marcadas pela violência institucional e outras formas de opressão. Portanto, o trágico é uma manifestação que transcende o teatro e se torna um indicativo das injustiças e disfunções dentro das estruturas sociais, essa definição permite uma análise profunda das complexidades das experiências humanas diante das condições adversas impostas. A tragédia, enquanto conceito, vai muito além do simples evento adverso,

representando uma experiência de perda profunda e irreparável que afeta tanto indivíduos quanto comunidades inteiras perpetuando o sofrimento e a vulnerabilidade das vítimas.

O trágico, portanto, é o sinal natural de uma grave anomalia no corpo social. Assim como o sofrimento e o mal-estar físico são o sinal algésico de alerta para o desvendamento da disfunção que ameaça a saúde e a integridade física, assim também o trágico, na ordem da experiência vivida, é a denúncia tácita das formas históricas violentas; denúncia com vistas a uma tomada de consciência coletiva (Puppi, 1981, p.49).

Os estudos sobre os desastres começaram a ganhar destaque após a Primeira Guerra Mundial, especialmente com o trabalho pioneiro de Samuel Henry Prince, relatando a situação de centenas de pessoas após uma explosão em Halifax, no Canadá, em 1917. Foi somente no contexto da Segunda Guerra Mundial que os cientistas começaram a se dedicar ao estudo dos desastres, focando em aspectos perceptivos e comportamentais das pessoas em situações de crise.

Victor Marchezini, em seu artigo publicado no livro *Sociologia do Desastre* (2009) fez uma análise das teorias de vários sociólogos a respeito do tema, salientando que os estudos sobre desastres foram moldados por três principais paradigmas. O primeiro concebe o desastre como um agente externo ameaçador, um legado da era da Guerra Fria nos Estados Unidos, onde desastres eram vistos como eventos causados por agentes externos que impactam as comunidades:

O primeiro paradigma, que compreende o desastre como um agente externo ameaçador, seria fruto da replicação de um modelo de guerra, no qual desastres tendem a ser concebidos como um agente externo que causa impactos sobre as comunidades humanas e estas tendem a responder a esta "agressão". Os desastres são assim concebidos como decorrentes de causas externas à comunidade, isto é, os desastres da natureza que causam danos: "são as chuvas que destroem casas", "são as chuvas que matam, que deixam desabrigados". (Marchezini, 2009, p.48)

Ainda de acordo com o autor, o segundo paradigma emergiu nos anos de 1970 na Europa, enquadrando o desastre como uma expressão da vulnerabilidade social, influenciado pela teoria da Sociedade do Risco, esta teoria deslocou a ideia do perigo e do risco como eventos excepcionais para sua compreensão na própria estrutura social, ou seja, os riscos produzidos na e pela modernidade são fabricados socialmente, procedem da incisiva intervenção humana sobre o meio (Marchezini, 2009, p. 50).

Já o terceiro paradigma foi desenvolvido nos anos de 1980. Aqui, a noção de desastre é caracterizada como um estado de incerteza, gerando instituições complexas da sociedade. Marchezini conta que isso inclui não apenas falhas de comunicação e informação, mas também a proliferação de informações que interferem nos sistemas de pensamento e nas práticas organizacionais e políticas:

[...] a incerteza poderia ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, criando vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos, o que ocorreria tanto em regimes democráticos quanto autoritários. A incerteza não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização das esferas administrativas, políticas e científicas. Alguns cientistas sociais criticam esse paradigma por pensarem que ele desconsidera as dimensões interpretativas de outros sujeitos sociais (Marchezini, 2009, p.51).

Recentemente, nos anos 2000, os conceitos de território e desterritorialização também foram essenciais para se pensar os desastres naturais e/ou tecnológicos, já que afetam a vida das pessoas que perdem suas casas e tornam-se desabrigados. Considerando os efeitos do césio-137 na cidade de Goiânia, esses conceitos também são relevantes para analisar o acidente. O geógrafo Rogério Haesbaert sugere que o território tem uma conotação dupla, o mesmo, está relacionado tanto com "terra-territorium" (dominação da terra) quanto com "terreo-territor" (terror, aterrorizar), refletindo a dominação jurídico-política da terra e o medo imposto àqueles que são excluídos dela. Ao mesmo tempo, para aqueles que têm o privilégio de usufruir do território, ele pode inspirar identificação positiva e efetiva apropriação (Haesbaert, 2004, p. 20). Nesse sentido, a casa é vista como um território, um lugar de segurança e abrigo, um espaço simbólico e importante para a identidade e segurança familiar, já a desterritorialização ocorre quando há perda do controle sobre o território (casa, pertences...) devido a desastres naturais e/ou tecnológicos.

Podemos afirmar, então, que o acidente radiológico em Goiânia serve como um exemplo emblemático dessa dinâmica, evidenciando como a interação entre contaminação radioativa e a vulnerabilidade social dos grupos atingidos resultou em graves consequências, não só a perda de seus familiares mas também sendo forçados a abandonar suas casas e reconstruir suas vidas em abrigos temporários, em um território que não trás nenhuma referência de suas memórias, essas

discussões vão além das explicações convencionais que atribuem desastres a causas naturais ou acidentais, os pesquisadores defendem que os desastres são vistos como produtos de escolhas humanas, processos sociais e estruturas políticas e econômicas.

As desigualdades sociais e econômicas nesse caso, desempenham um papel atenuante e determinante para definir quem é mais ou menos afetado pelos desastres e quais medidas serão tomadas para reduzir os riscos. Sendo assim, podemos considerar que os estudos sobre desastres e tragédias evoluíram de uma visão centrada em eventos externos para uma compreensão mais complexa que considera as vulnerabilidades sociais, a incerteza institucional e a inserção entre fatores humanos, sociais e ambientais como pauta importante de serem levadas em consideração.

2.3 Entre o trauma e o silenciamento

Frequentemente ao nos depararmos com os conceitos de “tragédia” e “desastres”, nas entrelinhas eles cruzam-se com o de “trauma” e posteriormente com o de “silenciamento”. É evidente que desastres ambientais e tecnológicos causam uma grande destruição não só ao espaço físico, como também deixam cicatrizes profundas no indivíduo e/ou nas comunidades afetadas. Nesse cenário o silenciamento, por sua vez, traduz-se como processo de supressão ou omissão dessas experiências dolorosas, que frequentemente está relacionado a dinâmicas de poder, estigma social, falta de recursos sociais e emocionais para lidar com as dificuldades frente ao impacto devastador desses acontecimentos.

O psicólogo Leopoldo Fulgencio dedicou parte de suas pesquisas à análise sistemática das concepções de Sigmund Freud, salientando que o conceito de trauma, para Freud, surgiu após tratar pacientes neuróticos, especialmente aqueles diagnosticados com histeria, e observando que os mesmos sofriam, na maioria das vezes, de algum evento ou ponto de ruptura no passado, sejam eles reais ou no imaginário. Freud estava fortemente influenciado pelo contexto científico da época, que enfatizava a busca por explicações mecanicistas e biológicas dos fenômenos psicológicos.

Antes mesmo de Freud ter criado a teoria psicanalítica, a histeria já era concebida como uma psicopatologia que tinha, na sua origem, um

acontecimento traumático de natureza emocional, muitas vezes de conteúdo sexual, ainda que ela só pudesse ocorrer naquelas pessoas predispostas (organicamente) a esse tipo de afecção (Fulgencio, 2004, p. 256).

Freud conheceu os ensinamentos de Jean-Martin Charcot em 1884, formulando assim sua compreensão da histeria e reconhecendo tanto fatores psicogênicos quanto fatores sexuais do fenômeno, o que o levaria a considerar, mais tarde, que todos seus pacientes histéricos teriam passado por traumas sexuais. Entre os anos de 1888 e 1893, Freud desenvolveu a teoria da sedução, afirmando mais uma vez que a histeria resultava de abuso sexual real na infância. Posteriormente, o chamado “pai da psicanálise” introduziu a noção de fantasia e libido, diferenciando a concepção psicanalítica de trauma das concepções médicas.

A teoria da libido, vista como uma energia que pode ser represada, desviada ou descarregada, permitiu explicar os sintomas neuróticos e o funcionamento do psiquismo. Freud considerou o trauma como um afluxo excessivo de excitação que o psiquismo não conseguia processar, levando a perturbações duradouras. Essa visão incluía aspectos psicológicos e metapsicológicos, articulando conflitos internos e energia psíquica, essencial para a compreensão do trauma.

Ante o reconhecimento empírico de que seus pacientes passaram por situações nas quais seus desejos não podiam ser satisfeitos, Freud utilizou uma analogia, considerando o indivíduo tal qual um aparelho, movido por forças e energias, cujo objetivo último seria a eliminação da tensão represada, concebendo todo trauma como uma excitação de natureza sexual, cujo cenário maior é dado pelo complexo de Édipo, não adequadamente descarregada pelo indivíduo (Fulgencio, 2004, p.262).

Por outro lado, Donald Winnicott desenvolveu suas teorias no contexto da psicanálise britânica no século XX, especialmente entre as décadas de 1940 a 1960. Para ele, o trauma não está necessariamente relacionado a pulsões ou excitações, como apontam a psicanálise freudiana, mas sim pelas relações interpessoais, sendo resultado de um “fracasso” nas relações interpessoais e sim vinculado a um fator de dependência (Fulgencio, 2004, p. 262). Sendo assim, o estágio da dependência absoluta do indivíduo surge quando o ambiente falha em ser confiável, causando uma quebra em sua continuidade, deslocando-o de sua realidade e forçando-o a reagir, ao invés de simplesmente "existir". O resultado disso seria a insegurança e a perda da identidade. Se o padrão ambiental é invasivo, o indivíduo não pode apenas ser, mas precisa reagir e recuar para um isolamento puramente defensivo. Outro

significado defendido por Winnicott se refere aos estágios de dependência relativa, nesse contexto, um indivíduo passar por um período de ilusão de onipotência, essencial para o desenvolvimento saudável de sua capacidade de lidar com a realidade, nesse sentido, em qualquer situação de dependência deve-se gradualmente permitir que o indivíduo experimente pequenas frustrações (Fulgencio, 2004, p.266 - 268).

Para exemplificar, isso pode ser comparado a um professor que, inicialmente, guia muito de perto os alunos, mas depois permite que eles resolvam problemas por conta própria, oferecendo desafios que estão dentro de suas capacidades. Se o professor não permitir esses pequenos desafios (frustrações), o aluno não desenvolverá independência, as falhas ou frustrações "adaptativas" não serão traumáticas. No entanto, o trauma ocorre se, em momentos de necessidade de suporte adicional o mesmo não seja fornecido, sendo assim o trauma está relacionado a uma falha em proporcionar uma transição gradual e adaptativa da dependência para a independência.

Recentemente, a ideia de trauma ampliou-se para os fenômenos sociais, especialmente após os eventos catastróficos do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra por conta da produção de mortes em massa, das estratégias de dizimação com apoio científico, a lógica de pureza e segregação. A literatura testemunhal e produções cinematográficas sobre o tema, principalmente a partir das últimas décadas daquele século, abordam trauma em um contexto interdisciplinar, visto como um choque que rompe condições de sobrevivência, afetando o funcionamento psíquico e os laços sociais, exigindo um esforço subjetivo para criar memória e elaboração (Farias, 2012, p. 927). Assim, fica evidente que as experiências traumáticas exercem impactos profundos tanto nos indivíduos quanto em sociedades inteiras. Individualmente, essas experiências resultam em uma mobilização emocional que mais tarde resulta no silenciamento e na incapacidade de superação.

O silenciamento em contextos de tragédias, por sua vez, trata-se dos processos pelos quais as vozes e experiências das vítimas ou testemunhas são suprimidas, ignoradas ou marginalizadas após os eventos em questão. Isso pode ocorrer ativamente, com tentativas deliberadas de ocultar informações, ou

passivamente, pela falta de interesse ou reconhecimento. Michael Pollak, em seu artigo *Memória, esquecimento e silêncio*, de 1989, analisa as memórias subterrâneas de excluídos e marginalizados, que emergem em oposição à memória oficial. O autor introduz o conceito de "enquadramento de memória", destacando como essas memórias são preservadas e como disputam com a versão oficial (Pollak, 1989, p. 2-4).

O autor analisa depoimentos como os de mulheres sobreviventes de Auschwitz-Birkenau, usando análise semântica para contextualizar seus relatos histórica e socialmente. Ele argumenta que o longo silêncio sobre o passado não conduz ao esquecimento, mas representa uma resistência da sociedade civil contra discursos oficiais, transmitindo memórias dissidentes em redes familiares e de amizade, aguardando momentos de mudança política e ideológica.

Nesse caso, o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta. Em seu retorno, os deportados encontraram efetivamente essa escuta, mas rapidamente o investimento de todas as energias na reconstrução do pós-guerra exauriu a vontade de ouvir a mensagem culpabilizantes dos horrores dos campos. A deportação evoca necessariamente sentimentos ambivalentes, até mesmo de culpa, e isso também nos países vencedores onde, como na França, a indiferença e a colaboração marcaram a vida cotidiana ao menos tanto quanto a resistência (Pollak, 1986, p.6).

A fronteira entre o dizível e o indizível separa uma memória coletiva subterrânea da memória organizada que uma sociedade ou Estado deseja impor. Reconhecer conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas revela como o presente colore o passado. Certas lembranças emergem conforme as circunstâncias, destacando diferentes aspectos do vivido, esses discursos e silêncios são moldados pela angústia de não encontrar uma escuta, de serem punidos ou mal interpretados (Pollak, 1989, p. 8-9).

O acidente com o césio-137 em Goiânia causou um grande trauma, que foi ainda mais intensificado pelo silenciamento subsequente. Esse silenciamento significa que as vozes e experiências das vítimas foram ignoradas ou rejeitadas. Houve uma tentativa de minimizar a gravidade do desastre e controlar a versão oficial dos acontecimentos, o que dificultou reconhecer e validar o que as vítimas passaram. Michael Pollak argumenta que o silêncio sobre experiências traumáticas pode ser uma forma de resistência, mantendo memórias que desafiam o que é

oficialmente reconhecido. Os relatos das vítimas do acidente mostram que o silenciamento não aconteceu apenas por falta de interesse ou reconhecimento, mas também foi uma estratégia consciente para evitar responsabilidades e minimizar o impacto do mesmo. Esse silêncio funciona como uma forma de defesa social, onde a sociedade prefere não enfrentar a dura realidade da contaminação e suas consequências. Esses processos, por sua vez, não apenas aumentaram o sofrimento das vítimas, mas também dificultaram a criação de uma memória compartilhada que pudesse reconhecer e lidar com as consequências desse evento.

2.4 Memórias e esquecimento

A palavra "memória", segundo o Dicionário Aurélio, abrange diversos aspectos do fenômeno. Em primeiro lugar, refere-se à faculdade mental que permite ao indivíduo registrar, conservar e evocar experiências, informações e eventos passados, sendo fundamental para a construção da identidade e para as atividades cotidianas (Ferreira, 2010 p.).

Além disso, a memória engloba tanto as lembranças individuais acumuladas ao longo da vida quanto as recordações compartilhadas por um grupo ou comunidade, formando o que se convencionou chamar de "memória coletiva". Biologicamente, relaciona-se à capacidade dos organismos de codificar, armazenar e recuperar informações. Isto é, de acordo com o historiador Jacques Le Goff, "memória" é a capacidade de guardar e lembrar informações. Ela envolve funções do cérebro que nos permitem lembrar de coisas passadas. Isso é estudado por diversas áreas como a psicologia, biologia e psiquiatria, especialmente quando há problemas de memória, como a amnésia.

Ainda é mais evidente que as perturbações da memória, que, ao lado da amnésia, se podem manifestar também no nível da linguagem na afasia, devem em numerosos casos esclarecer se também à luz das ciências sociais. Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. (Le Goff, 1990, p.367)

Problemas de memória podem afetar não apenas indivíduos, mas também grupos e nações, levando à perda de identidade coletiva. As diferentes formas de memória, como a memória genética e a memória a longo prazo, são importantes em

todas as sociedades. O estudo da memória se beneficiou das descobertas em cibernética e biologia, e hoje em dia usamos conceitos como a "memória dos computadores" e o "código genético" para entender melhor a memória humana.

De acordo com Le Goff (1990), o século XVIII testemunhou a criação de enciclopédias, ampliando a memória coletiva técnica e científica. Simultaneamente, houve um declínio na comemoração dos mortos, que só retomou após a Revolução Francesa com o estabelecimento de novos ritos funerários. No século XIX, surgiram museus, arquivos e bibliotecas públicas, democratizando o acesso à memória histórica e técnica. A fotografia também revolucionou a memória, permitindo um registro visual preciso e acessível. A memória coletiva foi reforçada por práticas como a criação de álbuns de família e a troca de postais, tornando-se parte essencial da vida cotidiana e da coesão social (Le Goff, 1990, p. 394 - 402).

O filósofo francês Paul Ricoeur, em sua obra *A memória, a história e o esquecimento*, também oferece uma reflexão profunda sobre o conceito de memória, destacando sua conexão com a identidade e a experiência humana. Desta forma o autor propõe três dimensões interligadas: memória individual, memória coletiva e memória histórica. Ricoeur define a memória individual como a capacidade do sujeito de recordar eventos e experiências pessoais, um processo ativo de rememoração que contribui para a manutenção da identidade pessoal (Ricoeur, 2007, p.108-115).

Baseando-se nas concepções de Maurice Halbwachs, Ricoeur caracteriza a memória coletiva como as lembranças compartilhadas por um grupo social, essenciais para a coesão e identidade de comunidades e nações. Essas memórias são moldadas pelo contexto social em que se inserem, mediadas por narrativas, rituais e símbolos que ajudam a transmitir e preservar o passado comum do grupo. Nesse sentido, a memória coletiva é sustentada por grupos sociais que compartilham uma visão comum do passado. Quando esses grupos são desestruturados ou marginalizados, suas memórias tendem a ser silenciadas ou esquecidas por um reflexo das relações de poder dentro da sociedade, onde as narrativas dominantes prevalecem sobre as experiências dos grupos subalternos (Ricoeur, 2007, p.118).

Por sua vez, a memória histórica refere-se ao esforço consciente de reconstruir o passado de maneira sistemática e crítica, diferenciando-se da memória propriamente dita ao utilizar métodos científicos e críticos para investigar e interpretar os eventos passados. Paul Ricoeur reconhece que a história também é influenciada pela memória coletiva, pois os historiadores não estão isentos das narrativas e preconceitos de sua própria cultura e época. Sendo assim, a história desempenha um papel crucial na mediação entre memória individual e coletiva, ajudando a esclarecer e questionar as narrativas predominantes sobre o passado. Ricoeur ainda enfatiza a importância de um "dever de memória" (*devoir de mémoire*), onde a sociedade assume a responsabilidade de lembrar e reconhecer as injustiças e sofrimentos passados como um passo essencial para evitar a repetição de erros históricos, promovendo uma convivência mais justa e solidária. (Ricoeur, 2007. p.423-431).

Por outro lado, o filósofo Paolo Rossi aponta que o entrelaçamento da memória-esquecimento é muito profundo pois desempenha um papel crucial na forma como os indivíduos e as sociedades lidam com o passado; Não se trata apenas da ausência de memória, mas de um processo ativo que pode ser tanto involuntário quanto intencional. O esquecimento involuntário ocorre devido às limitações cognitivas naturais ou como resultado de experiências dolorosas que a mente busca suprimir, enquanto o esquecimento intencional, por sua vez, pode ser uma escolha consciente, muitas vezes motivadas por razões políticas, sociais ou pessoais, onde certos eventos ou informações são deliberadamente suprimidas ou negligenciadas. Nesse sentido podemos afirmar que a omissão de certos aspectos do passado pode levar a uma distorção da história e a uma compreensão incompleta ou errônea da identidade coletiva.

Creio que todos temos diante dos nossos olhos célebres fotografias de grupos de políticos em que um personagem caído em desgraça foi com maior ou menor habilidade apagada do grupo a tentativa de eliminá-lo da história e depois de ter sido eliminado moralmente e na maioria dos casos também fisicamente (Rossi, 2010, p.33)

Para entender o esquecimento, é crucial notar que ele é frequentemente visto de maneira negativa no senso comum. É percebido como uma falha ou lacuna na memória, enquanto a memória é valorizada pela capacidade de

reter informações. No entanto, o senso comum também rejeita a ideia de uma "memória total," que seria perturbadora e anormal. Assim, a memória é constituída por uma negociação entre o que é lembrado e esquecido. Ricoeur destaca que, do ponto de vista das ciências neurais, esquecimento e rastros mnésicos estão associados a disfunções que desafiam a fronteira entre normal e patológico. Ele argumenta que "lembrar" pode ser analisado de duas maneiras: cognitiva (representação fiel do passado) e pragmática (usos e operações da memória). O esquecimento, então, deve ser entendido em termos dos níveis de profundidade aos quais está submetido.

Na abordagem cognitiva, o esquecimento desafia a memória pela capacidade de lembrar, operando através da impressão de imagens do passado. Essas representações não desafiam apenas pela presença ou ausência, mas pelo distanciamento que permite a reativação no momento certo, um "milagre da memória feliz". O autor confronta a ciência dos rastros mnésicos com a fenomenologia da memória, argumentando que ambas se complementam. O nível cortical, estudado pelas neurociências, contribui para a compreensão das disfunções da memória. Ricoeur propõe que a noção de rastro de memória existe como signo de um referente passado, operando de forma semiótica. As metáforas modernas de "apagar" não resolvem a função mnemônica do esquecer e lembrar, que se resolve pela relação com o tempo e a dialética da presença e ausência. O esquecimento comum não é explicado pelas disfunções da memória, mas pelas estratégias da memória.

A tragédia deve ser vista como uma realidade existencial que revela a condição humana em circunstâncias extremas. Nos estudos de desastres, três paradigmas principais são identificados: desastres como agentes externos, como expressão da vulnerabilidade social, e como estado de incerteza. A evolução dos estudos sobre desastres reflete uma mudança de foco, considerando vulnerabilidades sociais, incertezas institucionais e a interseção de fatores humanos e ambientais. O acidente em Goiânia exemplifica a interação entre contaminação radioativa e vulnerabilidade social, forçando as pessoas a reconstruírem suas vidas sem referências de suas memórias.

Capítulo III: Testemunhos do Césio-137: Vozes das Vítimas

No terceiro capítulo, será explorada a evolução da história até a incorporação da história oral como uma fonte teórica válida e fundamental. Este capítulo visa mostrar como as narrativas pessoais e as memórias das vítimas podem oferecer uma perspectiva sobre o acidente com o césio-137 em Goiânia. Através da análise de entrevistas, será possível entender o impacto do acidente diretamente a partir das experiências e vozes daqueles que foram afetados, destacando a importância da história oral na construção de uma compreensão mais completa e humana dos desastres.

3.1 A evolução metodológica

Ao longo do século XX, a historiografia passou por grandes transformações e dificilmente historiadores ainda acreditam na capacidade da história de produzir um conhecimento completamente objetivo ou recuperar a totalidade do passado. Em suas primeiras décadas, marcadas por duas guerras mundiais, a objetividade das fontes escritas foi definitivamente questionada (Ferreira, 2002, p. 314). Se, por um lado, no século XIX, a história recente tornou-se problemática devido à institucionalização da história como disciplina universitária, que estabeleceu uma ruptura entre passado e presente e atribuiu aos historiadores especializados a tarefa de interpretar o passado, no final do século XX, frente à sucessão de eventos traumáticos já aqui aludidos, entre eles os acidentes nucleares, a disciplina histórica passou também a se preocupar com o chamado tempo presente.

Gabriel Monod, fundador da *Revue Historique*, destacou que historiadores anteriores eram autodidatas, com advogados nas cidades e membros da Igreja e nobreza no campo escrevendo história. Na III República, elites republicanas assumiram o controle da produção de memória coletiva, estabelecendo a visão retrospectiva como essencial para uma história científica, excluindo a história contemporânea devido à dificuldade de afastar amadores. A separação entre passado e presente e a exigência de competências eruditas consolidaram o monopólio dos especialistas. A história contemporânea era vista como pedagógica, mas não científica. As primeiras críticas ao historicismo, vindas das ciências sociais emergentes e da filosofia, juntamente às questões emergentes da Primeira Guerra

Mundial e com ascensão dos nazifascismos, a criação da revista *Annales* em 1929 e a subsequente fundação da *École Pratique des Hautes Études* em 1948, impulsionaram, na França, uma nova história focada no econômico e social, sem alterar a visão sobre a história contemporânea. Essa tendência apareceu também em outros espaços acadêmicos, como o britânico. A partir deste momento, mas mesmo assim as fontes escritas continuaram valorizadas, enquanto relatos pessoais e fontes orais eram desqualificados (Ferreira, 2002, p.315-319).

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história e o rompimento com a ideia de que o objeto histórico é apenas o passado, visto como algo morto e incapaz de ser reinterpretado no presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Essa mudança de perspectiva permitiu expandir os debates sobre a memória e suas relações com a história, oferecendo novas chaves para entender o passado. No Brasil, o interesse dos historiadores pela memória foi bastante inspirado pela historiografia francesa, especialmente a história das mentalidades coletivas emergida na década de 1960. Esses estudos, focados principalmente na cultura popular, vida familiar, hábitos locais e religiosidade, implicam a questão da memória coletiva, mesmo que não fosse abordada diretamente. As transformações no campo da história, incluindo o estudo dos períodos recentes e a emergência da história do tempo presente, criaram um novo espaço para o uso das fontes orais. O retorno do político e a revalorização do papel do sujeito — dessa vez principalmente o sujeito comum ao invés do grande personagem histórico oitocentista — também estimularam o uso dos depoimentos orais, especialmente para entender os processos de tomada de decisão.

A história oral, inicialmente voltada para preencher lacunas deixadas pelas fontes escritas e dar voz aos excluídos, enfrentou resistência na comunidade acadêmica.

O ponto central que unifica as preocupações daqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções (Ferreira, 2002, p.327).

Apesar disso, seu uso se expandiu, especialmente para estudar a classe trabalhadora e as minorias nos EUA e na Inglaterra. Na França, a forte presença do grupo de historiadores vinculados à revista *Annales* e a abordagem quantitativa da história inibiram o uso das fontes orais. Contudo, as recentes transformações no campo da história do século XX, com um novo estatuto de história do tempo presente, geraram novas discussões sobre o papel das fontes históricas. A valorização dos depoimentos orais e das memórias como representações sociais e políticas abriu novas possibilidades para a pesquisa histórica, apesar dos desafios metodológicos e das críticas persistentes dos historiadores tradicionais (Ferreira, 2002. p.320 - 330).

No capítulo que segue, propomos uma análise de duas entrevistas cedidas a jornalista Ana Wojotowicz em 1990, para sua dissertação de mestrado intitulada *Roubados em seus sonhos: uma interpretação da cobertura jornalística sobre o acidente com o césio-137 em Goiânia*, publicada pela Universidade de Brasília, UNB. Ana Wojotowicz se propôs a investigar como a cobertura jornalística do acidente moldou a percepção pública e as narrativas dos afetados. Seu estudo examina a forma como a mídia retratou o evento e os impactos dessa cobertura nas vidas das vítimas e da comunidade envolvida, servindo-se de entrevistas com os próprios atores do caso.

Nesse sentido, o trabalho de Wojotowicz oferece um mosaico de experiências que revelam as diferentes concepções do acidente. O registro oral contido no mesmo oferece uma riqueza de perspectivas que são frequentemente negligenciadas em narrativas tradicionais, uma vez que ao concentrar exclusivamente em dados técnicos ou relatórios oficiais, os relatos das vítimas, acessíveis por entrevistas humanizam os eventos, enfatizando as experiências pessoais e as emoções. Considerando o nexos que esse trabalho faz com os conceitos de temporalidade e silenciamento, a fonte aqui analisada é crucial para entender a profundidade e a amplitude do impacto de desastres como o acidente de Goiânia.

Foram privilegiadas as entrevistas de Lourdes Alves Ferreira e Odesson Alves Ferreira (anexo I e II). As mesmas fornecerão uma visão inicial das percepções e impactos imediatos nas vítimas. Em seguida, mais duas entrevistas recentes serão examinadas com o objetivo de evidenciar como as narrativas foram

sendo moldadas ao longo do tempo, assim como a evolução das percepções de Dona Lourdes e Odesson sobre o acidente e suas consequências com o passar dos anos (anexo III e IV). Utilizando as definições e conceitos elaborados no capítulo anterior — incluindo temporalidade, eventos duradouros, tragédia, trauma, silenciamento, memória e esquecimento — buscaremos compreender como os indivíduos diretamente afetados pelo acidente vivenciaram e processaram o evento, bem como essas experiências são articuladas, lembradas ou silenciadas ao longo do tempo. Esta análise visa revelar as camadas complexas de impacto e a resiliência presentes nas memórias dos sobreviventes, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dimensões humanas e sociais em contextos de desastres.

3.2 Narrativas do descaso

Lourdes das Neves Ferreira era casada com Ivo Alves Ferreira e mãe da menina Leide das Neves Ferreira, que se tornou a primeira vítima fatal diretamente associada à radioatividade. Eles foram uma das famílias mais afetadas após Ivo levar fragmentos de césio-137 para casa, dado a ele por seu irmão, Devair, que obteve o aparelho de radioterapia abandonado. Odesson Alves Ferreira, por sua vez, teve contato com o césio-137 em 26 de setembro de 1987, quando seu irmão Devair mostrou-lhe a substância e perguntou se ela poderia ser usada para adornar um anel. Odesson pegou um pouco do césio e esfregou na palma da mão. Como era durante o dia, o material não brilhava e parecia com cimento. Oito dias depois, as mãos de Odesson começaram a coçar e a inchar.

Chegando à casa dele, foi que ele me mostrou. Disse que tinha comprado aquilo ali e tal, e tinha interesse em fazer uma pedra de anel, porque era muito bonita, à noite dava umas luzes muito bonitas e modificava as cores. Mas eu não me interessei muito por aquilo não. Aí ele agachou perto da peça e falou: “Mano, olha aqui pra você ver”. Aí foi que eu tive a ideia de pegar uma machadinha, quebrar um pedacinho daquele negócio, coloquei nas mãos e esfreguei pra ver se realmente dava pra fazer uma pedra de anel. Aí quando eu esfreguei, o negócio se esfarinhou, virou pó (Wojotowicz, 1990, p.236)

Na entrevista concedida a Ana Wojotowicz, Dona Lourdes expressa um sentimento de perda irreparável, sobretudo em relação à sua filha, Leide. Sua fala é marcada por uma profunda tristeza e um senso de desesperança que revela o

trauma sofrido. Ela menciona que, antes do acidente, esperava proporcionar um futuro melhor para seus filhos, mas o impacto do acidente afetou suas expectativas, fechando as possibilidades futuras para ela e seus filhos.

Sinto, da minha filha. Pra mim é muito difícil. Tem dias que eu fico assim pensando que não tem nem sentido eu continuar vivendo. [...] Então eu aguento tudo calada, mas vivendo por fora e chorando por dentro. Pra mim é muito difícil. Eu esperava um futuro para minha filha, aliás, pros três, né? Só que o dela foi muito triste. É uma dor que não sara e tem dias que ela dói muito, mas muito mesmo. Não tem remédio que cure (Wojtowicz, 1990, p.221).

A memória do acidente e suas consequências também são uma fonte constante de dor para Dona Lourdes. Ela relata que a vida agora é confinada ao espaço doméstico e às visitas à Fundação⁷, um contraste gritante com a vida ativa que levava antes. Essa mudança de rotina e a constante lembrança do evento traumático perpetuam o estado de sofrimento. O silêncio imposto pelo medo de prejudicar o marido também é significativo, indicando um processo de silenciamento que muitas vítimas de trauma enfrentam, onde expressar a dor é visto como uma ameaça à estabilidade familiar ou social.

A gente tinha depósito de papel. Eu fazia todo o meu serviço de casa e, umas horinhas que sobravam, eu ajudava o Ivo no depósito. Saía para pagar alguma coisa na rua. Sempre era eu que fazia e agora acabou tudo. A vida da gente é só dentro de casa a fim desse acidente. É aqui da Fundação, quando não tem consulta, é exame de sangue e a gente tem que vir cobrar as coisas deles porque até hoje eles aqui não acertaram com a gente tudo (Wojtowicz, 1990, p. 221).

Odesson, por outro lado, articula sua experiência com um tom de desilusão e crítica às autoridades. Ele descreve como a imprensa⁸ aumentou e distorceu as notícias, contribuindo para um sentimento de desconfiança e descrença. A memória do acidente, para ele, é marcada por uma sensação de injustiça e inadequação das respostas institucionais. Sua fala a respeito da perda da liberdade e a impossibilidade de continuar trabalhando como antes do acidente indica um trauma

⁷ Fundação Leide das Neves Ferreira (FUNLEIDE), A Lei nº 10.339 estabelecia que a Fundação Leide das Neves (Funleide) tinha a finalidade de acompanhar, de forma permanente, os efeitos do acidente radioativo de Goiânia. O nome da fundação era uma homenagem à primeira vítima fatal do ocorrido: a menina Leide das Neves Ferreira, de apenas 6 anos. (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. (s.d.). Campanha nas redes sociais relembra a atuação da Assembleia Legislativa na assistência às vítimas do césio-137.)

⁸ Os jornais não apenas divulgavam o acidente, mas também participavam da configuração do evento. Observa-se nessas narrativas jornalísticas um esforço de circunscrever e delimitar a contaminação e o escopo do acidente. O alarde dos noticiários e os rumores que assimilavam o acidente com referências ao desastre de Chernobyl generalizavam-no a todo o estado de Goiás e associavam a contaminação radiológica a uma identidade regional (Vieira, 2014, p. 50).

que afeta não apenas a saúde física, mas também a identidade e o senso de propósito na vida.

Ambas as entrevistas destacam o descaso das autoridades e a ineficácia das medidas de apoio. Dona Lourdes menciona a luta constante para obter indenizações justas e o tratamento inadequado recebido na nova moradia, que está longe de oferecer as condições de vida que tinham antes. A sensação de ser negligenciada pelas autoridades e pela própria comunidade é clara quando ela fala do carinho recebido de pessoas de fora, em contraste com a falta de apoio dos parentes e das autoridades locais.

Odesson critica a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) pela falta de fiscalização e pela forma como lidaram com as vítimas após o acidente. Sua indignação é evidente quando ele discute as indenizações insuficientes e a má administração das consequências do acidente. Ele também se sente como uma cobaia dos médicos, destacando a falta de preparação e conhecimento adequados para lidar com as vítimas da radiação. Essa percepção de descaso institucional agrava o trauma, criando um ciclo de desconfiança e desesperança.

As narrativas de Dona Lurdes e Odesson Alves Ferreira não só são testemunhos — ainda que mediados pelo formato de entrevista jornalística — das consequências do acidente com o césio-137, como também evidenciam como o trauma se manifesta de maneiras complexas, afetando a saúde mental, física e emocional das vítimas. A partir de suas falas à entrevistadora, podemos depreender como a memória do desastre se constitui num campo de batalha onde lembranças dolorosas se confrontam com o desejo de justiça e reconhecimento. A sensação de descaso das autoridades amplifica o sofrimento, perpetuando o estado de vulnerabilidade e indignação.

A mídia inicialmente deu ampla cobertura ao desastre, mas o interesse diminuiu rapidamente. Estudos posteriores destacam a persistência do sofrimento psicológico e social entre as vítimas e a tendência ao esquecimento do evento ao longo do tempo. A representação do acidente na cultura e na mídia também contribuiu para a normalização e silenciamento gradual do desastre, enquanto o

local de armazenamento dos resíduos foi transformado em uma área verde, tentando apagar a memória do acidente.

Como fica evidente em entrevistas contemporâneas ao evento, o tratamento do acidente como um evento temporário e controlável contribuiu para a sua normalização e, eventualmente, seu esquecimento. A revista *Veja*, por exemplo, voltou ao tema algumas semanas depois, mas com menor intensidade, e logo o desastre deixou de ser foco da mídia. Esse processo de normalização foi reforçado por narrativas oficiais que buscavam minimizar os impactos do acidente e garantir à população que a situação estava sob controle. A falta de informação e transparência por parte das autoridades agravou o sofrimento das vítimas. Muitas delas, como Devair Ferreira e sua família, sentiram-se como cobaias, sem acesso a informações adequadas sobre os riscos que corriam e as medidas de proteção necessárias. Esse sentimento de abandono foi exacerbado pela ausência de políticas públicas eficazes de apoio às vítimas e pela demora na concessão de pensões e benefícios, que só começaram a ser distribuídos anos depois do desastre.

Já em uma entrevista de Odesson Alves Ferreira à repórter Júlia Carneiro da BBC Brasil em 2011, ou seja, mais de duas décadas depois do acidente, podemos observar os efeitos duradouros causados pelo evento. Nela, ele expressa a extensão do sofrimento pessoal e coletivo das vítimas, a discriminação social e as falhas institucionais na gestão do desastre e no apoio subsequente. Odesson, que tinha 32 anos na época do acidente, descreve como sua vida e a de sua família foram devastadas pelo evento. Sua família foi uma das mais atingidas, com mais de 40 parentes contaminados. Ele se tornou uma "fonte radioativa", irradiando outras pessoas sem saber (Carneiro, 2011).

O relato de Odesson deixa claro o impacto direto da radiação, não apenas em termos de saúde física, mas também emocional e psicológica. Ele menciona os momentos de depressão e a discriminação que enfrentou, como colegas de trabalho e vizinhos que o evitavam e até ameaças de apedrejamento. A quarentena inicial, descrita como precária e desumana, agravou o trauma. Odesson relata que, nos primeiros 17 dias, não houve limpeza no pavilhão onde estavam isolados, sendo a higiene providenciada apenas para a visita do então presidente José Sarney. Essa

negligência contribuiu para a sensação de desumanização das vítimas, que eram tratadas como se fossem de "outro mundo".

Ao sair do hospital, segundo conta, Odesson e sua família enfrentaram preconceito e discriminação contínuos. Ele relata como seus filhos foram hostilizados na escola, sua esposa sofreu problemas de saúde e isolamento social, e sua casa foi alvo de um abaixo-assinado para impedir que eles se mudassem para um novo bairro. Essa marginalização social prolongou o sofrimento das vítimas e dificultou a recuperação emocional. Odesson também destaca as inadequações na resposta institucional ao desastre. Ele menciona que, apesar de terem sido declarados descontaminados após dois anos e meio de medições, as vítimas continuavam com muitas dúvidas a respeito de sua saúde devido à falta de clareza e inconsistência nos procedimentos. A morte de seus irmãos Devair e Ivo, ambos afetados pelo acidente, é um lembrete doloroso das consequências a longo prazo da exposição à radiação.

O Devair morreu sete anos depois do acidente, em 1994. O laudo médico disse que foi cirrose hepática, mas o laudo cadavérico constatou que ele tinha câncer em três órgãos. O Ivo (irmão de Devair e Odesson) morreu em 2003, de enfisema pulmonar. O que aconteceu foi que os vícios pegaram muita gente. O Devair foi com a bebida. Com o Ivo foi o cigarro, ele chegou a fumar seis maços por dia (Carneiro, 2011).

Em entrevista cedida ao repórter Glauco Araújo do portal G1 em 2007, Lourdes das Neves confirma o panorama duradouro do acidente, já que perdeu cinco membros de sua família, incluindo sua filha Leide, cujo caixão foi apedrejado durante o sepultamento, simbolizando o preconceito e a ignorância da população sobre os efeitos da radiação. Esse ato de violência coletiva foi um dos momentos mais traumáticos de todo o episódio para Lourdes, que descreve o enterro como a situação mais dolorosa que viveram naquelas décadas. O impacto psicológico do acidente se manifesta na forma como Lourdes lida com o isolamento e o preconceito. Ela relata que, após duas décadas, começou a sentir a gravidade do que aconteceu, precisando buscar ajuda psicológica.

Infelizmente, foi na minha família que aconteceu o maior número de mortes. Perdi a Maria Gabriela, minha cunhada, depois minha filha, a Leide das Neves. Em seguida, morreu o Devair Alves Ferreira, meu cunhado também. Depois foi a vez do meu sogro, Maciel Ribeiro Machado. O último a morrer foi meu marido, Ivo Alves Ferreira, há quatro anos (Araújo, 2007).

A exclusão social e o preconceito foram, para ela, mais devastadores do que a própria radioatividade. Lourdes descreve uma vida de isolamento auto imposto como uma forma de escapar das piadas maldosas e do desprezo das pessoas que a reconhecem como vítima do acidente. A assistência médica inadequada é outra questão que as vítimas relatam, já que a falta de medicamentos e o atendimento precário foi melhorado apenas por pressão da mídia. Lourdes ainda relata dores físicas nos ossos e nos nervos constantes, agravando ainda mais sua condição. A promessa de assistência por três gerações, que agora parece uma ilusão, aumenta a sensação de abandono e desamparo.

A dor emocional de Lourdes foi intensificada pela ausência de um período de luto adequado. Sedada durante a fase mais crítica do acidente, ela não teve a oportunidade de velar seus parentes ou chorar pela filha. A necessidade de apoiar seu marido, que sofria de dores terríveis e que passou por tentativas de suicídio, a privou de cuidar de si mesma. A falta de tempo para lidar com sua própria dor e a perda de pessoas queridas afetaram profundamente seu coração, que ela descreve como metaforicamente "furado" pela tristeza. A entrevista destaca os esforços de Lourdes que, apesar de todas as adversidades, ainda encontra força para continuar lutando pela vida. Ela expressa uma aceitação serena da morte, sem medo do fim, mas com uma determinação firme de viver e lutar por seus filhos e netos. Dessa forma, Lourdes exemplifica a luta contínua das vítimas do césio-137, que, além de enfrentarem os efeitos físicos da radiação, lidam com o peso emocional do preconceito e da exclusão social.

Por sorte, não tive sequelas físicas externas. Meus problemas são internos. O mais afetado mesmo em meu corpo foi o coração, que está todo furadinho, mas por causa da perda das pessoas queridas. Ainda assim, não penso em desistir, acho que vale a pena lutar pela vida. Penso que passei 20 anos de dificuldades e estou inteira ainda. Por isso devo seguir a vida. Nunca pensei que fosse morrer (Araújo, 2007).

Como fica evidente nas entrevistas analisadas, as vítimas do acidente com o césio-137 em Goiânia enfrentaram uma complexa relação com suas identidades de vítimas e suas percepções de responsabilidade. Muitas delas se viam simultaneamente como vítimas do acidente e como responsáveis por sua ocorrência. Essa ambiguidade gerou uma luta interna para elaborar suas identidades e reivindicar assistência médica, social e compensações. Por um lado, as vítimas precisavam se identificar como tal para justificar a busca por ajuda e

apoio. Por outro, lidavam com a culpa por terem, de alguma forma, exposto seus familiares à radiação. Essa necessidade de reelaborar o passado tornava a aceitação da identidade de vítima ainda mais difícil.

Tem dias que eu fico assim pensando que não tem nem sentido eu continuar vivendo. Eu faço um esforço, procuro distrair pro Ivo não ficar chateado, porque, apesar de tudo, ele se sente culpado. Ele não fala, mas eu sei que ele se sente culpado de ter levado o pó pra dentro de casa (Wojtowicz, 1990, p. 221)

A análise das entrevistas e relatos de sobreviventes, como aqueles da dissertação de Ana Wojtowicz e também as entrevistas recentes, revelam como o silenciamento operou na prática. As vítimas enfrentam não apenas os efeitos diretos da radiação, mas também a falta de apoio institucional e social, o que continua contribuindo para a perpetuação do trauma. Esses relatos ilustram como o trauma individual e coletivo se entrelaça com o silenciamento, exacerbando o sofrimento e dificultando a recuperação.

A conclusão das entrevistas com Dona Lourdes e Odesson Alves Ferreira revela a profundidade e complexidade do trauma causado pelo acidente com o césio-137, destacando não apenas os impactos físicos e emocionais, mas também as falhas institucionais e sociais que perpetuam o sofrimento das vítimas.

Dona Lourdes, ao descrever a mudança drástica em sua vida e a constante dor provocada pela memória do acidente, exemplifica como o trauma pode transformar a percepção de futuro e a rotina diária, criando um ciclo de sofrimento contínuo. O silenciamento, imposto tanto pelo medo de prejudicar o marido quanto pela falta de apoio adequado, agrava ainda mais seu estado de vulnerabilidade.

A falta de respeito é muito grande. Não me considero uma pessoa comum, infelizmente. Me sinto excluída da sociedade. Antes, eu morava num lugar bem diferente do que moro hoje. Tive de começar a vida do zero e também fui obrigada a refazer meu relacionamento com amigos. (Araújo, 2007)

Odesson, por sua vez, critica veementemente a resposta das autoridades e a manipulação da mídia, ressaltando a desconfiança e a descrença geradas pela inadequação das medidas de apoio. Sua narrativa evidencia como o trauma afeta a identidade e o senso de propósito, destacando a sensação de injustiça e a perda da liberdade de exercer sua profissão.

Mudou muita coisa porque eu sempre levei a minha vida trabalhando, eu era um motorista de ônibus pegava o carro às 4h da manhã e largava às 4

horas da tarde, eu tinha esperança que a minha vida ia melhorar trabalhando, é claro. Procurava fazer hora extra pra ganhar mais. Eu tinha a expectativa de que um dia poderia dar um conforto melhor para minha família hoje, sinceramente, eu não tenho essa expectativa. (Wojtowicz, 1990, p.235)

Ambas as entrevistas sublinham o descaso das autoridades e a ineficácia das medidas de apoio, revelando um sentimento comum de negligência e abandono. A persistência do sofrimento psicológico e social, a banalização do desastre pela cobertura do acidente na mídia e o subsequente silenciamento das vítimas emergem como temas centrais, mostrando que a memória do acidente não é apenas um legado de dor, mas também um campo de luta por justiça e reconhecimento. A exclusão social, o preconceito e a assistência médica inadequada agravam o trauma, criando um cenário onde a luta das vítimas se estende muito além dos efeitos imediatos da radiação.

Considerações Finais

O processo de escrita deste trabalho foi profundamente atravessado pelas enchentes no Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024. Nesse período, a precipitação atingiu cerca de mil milímetros, mais da metade da média anual esperada. As águas invadiram áreas baixas em diversas localidades do Vale dos Sinos e outras regiões do estado. Na Região Metropolitana, diques se romperam e, em Porto Alegre, o sistema de proteção contra cheias, já precário, falhou, deixando grande parte da cidade submersa.

As chuvas de 2024 no Rio Grande do Sul, marcadas por inundações devastadoras, destacam a crescente vulnerabilidade das populações às tragédias ambientais. Este evento não apenas transformou radicalmente o espaço físico, destruindo infraestruturas e habitats, mas também deixou cicatrizes psicológicas nas comunidades afetadas que neste momento lutam para reconstruir o que foi perdido. O desastre expôs falhas graves no planejamento urbano e na gestão ambiental, especialmente em relação aos diques construídos nas décadas passadas, muitos dos quais estavam mal posicionados e inadequados para as demandas atuais. A história de decisões tomadas sem amplo debate público ou base científica ressoa profundamente.

Durante este período, a sociedade civil demonstrou seu imenso poder de organização e solidariedade. No entanto, as respostas improvisadas e a dependência de doações voluntárias revelaram imensas lacunas na prevenção e resposta do Estado. A incapacidade de enfrentar eficazmente desastres climáticos reflete uma polícrise multi-escalar, onde elementos locais, regionais e internacionais se interligam, exacerbando a situação. O governo de Eduardo Leite, por exemplo, falhou em implementar medidas preventivas e de adaptação necessárias. Ao invés disso, recorreu a pedidos de doações via Pix, o que gerou questionamentos sobre o papel do Estado e sua responsabilidade em proteger a população. Essa resposta insuficiente não é apenas inadequada, mas também um reflexo de um projeto de subdesenvolvimento baseado em combustíveis fósseis, agronegócio e mega-projetos que geram zonas de sacrifício, determinando quais vidas valem mais ou menos (Fernandes, 2024).

É evidente que o acidente com o césio-137 em Goiânia e as chuvas devastadoras no Rio Grande do Sul são eventos distintos em suas naturezas e consequências, mas compartilham elementos comuns de trauma, falhas na resposta do Estado e perda de recursos significativos para as pessoas afetadas. Ambos os acontecimentos deixaram marcas, revelando a vulnerabilidade humana diante de desastres e a complexidade do enfrentamento de traumas coletivos.

No caso do acidente com o césio-137, o trauma advém da exposição involuntária à radiação pela população de Goiânia. A radiação causou inúmeras mortes, doenças graves e desfigurações físicas, gerando pânico e estigmatização das vítimas. As chuvas intensas no Rio Grande do Sul, por outro lado, resultaram em enchentes que destruíram casas, infraestruturas e tiraram vidas. A população atingida pelas chuvas enfrenta a perda de entes queridos, lares e meios de subsistência, mergulhando em um luto profundo e em uma sensação de desamparo.

A perda de memória, simbolizada pela destruição de fotos e outros registros pessoais, é uma consequência dolorosa desses desastres. As fotos representam memórias tangíveis, momentos felizes e identidades familiares que, uma vez perdidas, deixam um vazio irrecuperável. Em Goiânia, a contaminação radioativa levou à destruição de muitos bens pessoais das vítimas, incluindo fotos, documentos, e outros elementos significativos para a identidade das vítimas. No Rio

Grande do Sul, as enchentes destruíram residências e com elas álbuns de fotografias, documentos e objetos sentimentais, apagando capítulos importantes da vida das pessoas.

O silenciamento do Estado é um aspecto crítico em ambos os eventos. Em Goiânia, houve uma falta inicial de informação clara e de assistência adequada às vítimas, agravando o pânico e a desinformação. A negligência e a demora na resposta eficaz do governo contribuíram para o sofrimento prolongado das pessoas afetadas. No Rio Grande do Sul, a resposta do Estado às chuvas também foi criticada pela sua lentidão e ineficácia. Muitos sentiram que as autoridades não estavam preparadas ou dispostas a fornecer o suporte necessário em tempo hábil, exacerbando o sentimento de abandono .

Neste estudo, podemos constatar que o esquecimento não é apenas uma falha da memória, mas um mecanismo que pode ser alimentado por motivações políticas e sociais. A supressão deliberada de certos eventos resulta em uma compreensão limitada da identidade coletiva. As enchentes, que submergem o que está à superfície, servem como uma metáfora poderosa para esse silenciamento: eventos traumáticos são frequentemente ocultados, ignorados ou simplesmente esquecidos, deixando as populações afetadas em um estado de vulnerabilidade.

O evento com o césio-137 em Goiânia exemplifica um acidente ampliado, não apenas por não ser deliberado, mas também pela abrangência e duração de seus efeitos. Mais de trinta anos após o ocorrido, muitas questões permanecem sem respostas adequadas, como o monitoramento contínuo das vítimas, a continuidade da assistência médica, psicológica e social, e o pagamento das indenizações por perdas e danos sofridos. Embora o Estado e suas instituições tenham se comprometido a garantir a assistência às vítimas, as respostas foram pontuais, insuficientes e inadequadas à magnitude e persistência dos problemas. Não há um reconhecimento de respeito pelos radioacidentados nem de uma dívida social com eles. Ao tratá-los como beneficiários de assistência, em vez de cidadãos com direitos, as ações se tornam potencialmente estigmatizantes, insuficientes para a recuperação do trauma vivido, dificultando a reconstrução de uma identidade desvinculada da condição de vítima .

Há uma crença de que a assistência e a contenção são manifestações de intervenção competente e eficaz do Estado. No entanto, a história do acidente e suas sequelas podem ser vistas como uma sequência de irresponsabilidade, despreparo, incoerência e negligência, não só para com as vítimas identificadas, mas também para a população de Goiânia, que ainda convive com o medo e as dificuldades de aceitação do acidente e suas consequências. Acidentes ambientais e tecnológicos têm o potencial de causar impactos devastadores, tanto em termos de danos imediatos quanto de consequências a longo prazo. Tais eventos podem resultar em perdas humanas significativas, destruição de infraestrutura e contaminação de ecossistemas, gerando crises sanitárias e econômicas que afetam gerações. Portanto, a categoria de acidente ampliado deve considerar os impactos duradouros e abrangentes no espaço e no tempo.

As entrevistas com sobreviventes, como Dona Lourdes e Odesson Alves Ferreira, revelam uma profunda sensação de injustiça diante das respostas inadequadas das instituições. Suas narrativas, repletas de dor e indignação, evidenciam como o trauma se manifesta de formas complexas, afetando a saúde mental, física e emocional. O descaso institucional não só perpetua o sofrimento, mas também silencia as vozes das vítimas, criando um ciclo de desconfiança e desesperança.

À luz das teorias de memória coletiva de Maurice Halbwachs, podemos observar que a memória não é um fenômeno isolado; ela é moldada pelas relações sociais e pelos grupos de referência. Assim, a memória pessoal dos sobreviventes se entrelaça com a memória coletiva, refletindo a influência das experiências compartilhadas. Quando as instituições falham em reconhecer esse entrelaçamento, o trauma individual e coletivo se agrava, perpetuando o silenciamento e dificultando a recuperação.

Esses desastres revelam como a memória e a identidade são vulneráveis em tempos de crise. A perda de fotos, por exemplo, não é apenas a perda de imagens, mas a destruição de pontes que conectam o passado ao presente, afetando a construção de uma narrativa histórica e pessoal. O trauma coletivo, o silenciamento do estado e a perda de memória resultam em cicatrizes profundas na sociedade,

exigindo esforços contínuos de reconstrução e apoio psicossocial para que as comunidades possam se recuperar e preservar suas histórias e identidades.

A análise dos desastres ambientais e tecnológicos, revela um padrão preocupante de vulnerabilidade humana exacerbada por falhas institucionais e políticas públicas inadequadas. Ambos os eventos, embora distintos em suas naturezas e consequências, compartilham elementos comuns evidenciando como a infraestrutura deficiente e a falta de planejamento urbano sustentável podem agravar os impactos das mudanças climáticas, resultando em destruição física e psicológica para as comunidades.

Em Goiânia, o acidente expôs a negligência governamental e a insuficiência das respostas institucionais. O silenciamento do Estado em ambos os casos, manifestado pela falta de informação clara, assistência inadequada e respostas lentas, contribuiu para o agravamento do sofrimento e da desinformação entre os afetados. Além disso, a perda de memória, simbolizada pela destruição objetos pessoais, evidencia a dimensão do impacto emocional e a dificuldade de reconstrução de identidades após tais tragédias. Para além das respostas emergenciais, é essencial que o Estado e as instituições assumam uma postura proativa na prevenção de desastres, na implementação de políticas públicas eficazes e no apoio contínuo às vítimas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. Somente através de um compromisso genuíno com a justiça social e a responsabilidade institucional será possível aliviar os efeitos devastadores de futuros desastres e promover a plena recuperação das comunidades afetadas.

Referências bibliográficas

ALEKSIEVICH, Svetlana. **Vozes de Tchernobyl: a história oral do desastre nuclear**. Trad. Sonia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

ALVES, Rex Nazaré. **Relatório do Acidente Radiológico em Goiânia**. CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1988.

ARAÚJO, Glauco. “**Para escapar do preconceito, prefiro ficar isolada**”. G1, São Paulo. 13 de setembro de 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL103015-5598,00.html>. Acesso em: 12 jul de 2024.

BARBOSA, Tânia Mara Alves. **A resposta a acidentes tecnológicos: o caso do acidente radioativo de Goiânia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, CO, Portugal, 2009.

BRASIL. Museu de Astronomia e Ciências afins. **Cintilômetro**. Rio de Janeiro, 2010.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**, Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 2.ed. São Paulo, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

CARNEIRO, Julia Dias. **Vítima do césio-137 lembra depressão e preconceito após o acidente**. BBC Brasil, Rio de Janeiro, 26 de abril de 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110421_cesio_entrevista_jc
Acesso em: 12 jul.2024.

CHAVES, Elza. **Atos e Omissões: Acidente com o césio-137 em Goiânia**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. 1998.

CHAVES, Elza Guedes. **Goiânia é Azul: O Acidente com o césio 137**. Revista UFG, 08 de 2007.

FARIAS, Francisco Ramos. **Uma Articulação entre o Conceito de Trauma e o de Memória Social: A Elaboração da Experiência Traumática**. *Psicanálise& Barroco em Revista*, [S. l.], v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8694>. Acesso em: 15 de abr. 2024.

FERREIRA, Aurélio Burque. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 314-332.

FERNANDES, Sabrina. Solidariedade é essencial, mas a crise climática exige ações energéticas do Estado. *Intercept Brasil*, 7 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/07/solidariedade-e-essencial-mas-a-crise-climatica-exige-acoes-energicas-do-estado/> Acesso em: 15 de julh. 2024.

FULGENCIO, Leopoldo. **A noção de trauma em Freud e Winnicott**. *Natureza Humana* 6, São Paulo, 2004.

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. **Césio 137: a história do acidente radioativo em Goiânia**. *Goiânia: Governo de Goiás*, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/saude/cesio-137-goiania/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GRANDINO, Patrícia Junqueira; MAIDA, Marco José Domenici. **Redemocratização brasileira e a proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.usp.br/eache/arquivos/redemocratizacao.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffer. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HELOU, Suzana; COSTA, Sebastião Benício da Costa (organizador). **Césio 137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia**. 2a ed. Goiânia: UFG Digital, 2014.

HELOU, Suzana. **Os bastidores do césio-137: o acidente radiológico de Goiânia sob a ótica dos profissionais que nele atuaram/** Suzana Helou. — 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

KOSSELCK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Contraponto. Rio de Janeiro, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Editora da UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1990.

MIRANDA, F. J.; PASQUALI, L. NETO, S. B. C. BARRETO, M. Q.; DAVID FILHO; G. & ROSA, T. V. (2005). **Acidente radioativo de Goiânia: "O tempo cura todos os males"?** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57 (1-2): 58-87.

MARCHEZINI, Victor. (2009). **Dos desastres da natureza à natureza dos desastres**. In N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini & J. C. Gonçalves (Orgs.), *Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil* (pp. 48, 56). São Carlos: RiMa Editora.

MARQUES, Juliana Bastos. **O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga**. FFLCH, USP, Revista de História, 2008, p. 43-65.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Trad. Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992, p.200-212

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Trad. Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p.3-15.

PUPPI, Ubaldo. **O trágico: experiência e conceito**. Trans/Form/Ação, São Paulo. 1981

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Trad. Nilson Moulin. ed. UNESP, São Paulo, 2010.

SANDOVAL, Maria Luisa. MAHGOUD, Miguel. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1993

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Telma Camargo. **As Celebrações, a Memória Traumática e os Rituais de Aniversário**. Extensão e Cultura (UFG) , v. IX, p. 12-18, 2007.

SILVA, Telma Camargo. **Memória Corporificada e Marcas Urbanas: A Descontaminação Simbólica no Caso do Desastre de Goiânia**. In: 54 Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, 2002, Goiânia. 54 Reunião Anual da SBPC. Goiânia: SBPC, 2000. v. 54.

VASCONCELOS. Célia Helena. **Césio-137, trinta anos depois: silenciamento discursivo de uma tragédia**; 2019. Dissertação (Mestrado). Letras Linguística LP8, Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2019.

VERSIANI, Maria Helena. **Uma República na Constituinte (1985-1988)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 233-252, 2010.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Césio-137, o drama azul: irradiação em narrativas/ Suzane de Alencar Vieira**. — Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

WOJTOWICZ, Ana. **Roubados em Seus Sonhos, Uma Interpretação da Cobertura Jornalística do Acidente com o Césio 137 em Goiânia**. Brasília: UnB, 1990. Dissertação de Mestrado - UnB.

Anexos

ANEXO I: Entrevista com Lourdes Alves Ferreira cedida à Ana Wojtowicz em 1990

PERGUNTA - Dona Lourdes, o que a senhora esperava da vida antes dos acontecimento, e o que a senhora espera agora?

LOURDES - Antes eu esperava que a gente pudesse melhorar de situação para dar um futuro melhor para os filhos. Isso que eu pensava antes do acidente. Agora, para ser sincera, não espero nada.

PERGUNTA - A senhora se sente roubada de alguma coisa?

LOURDES - Sinto, da minha filha. Pra mim é muito difícil. Tem dias que eu fico assim pensando que não tem nem sentido eu continuar vivendo. Eu faço um esforço, procuro distrair pro Ivo não ficar chateado, porque, apesar de tudo, ele se sente culpado. Ele não fala, mas eu sei que ele se sente culpado de ter levado o pó pra dentro de casa. Então eu aguento tudo calada, mas vivendo por fora e chorando por dentro. Pra mim é muito difícil. Eu esperava um futuro para minha filha, aliás, pros três, né? Só que o dela foi muito triste. É uma dor que não sara e tem dias que ela dói muito, mas muito mesmo. Não tem remédio que cure.

PERGUNTA - Como era a sua vida em casa?

LOURDES - A gente tinha depósito de papel. Eu fazia todo o meu serviço de casa e, umas horinhas que sobravam, eu ajudava o Ivo no depósito. Saía para pagar alguma coisa na rua. Sempre era eu que fazia e agora acabou tudo. A vida da gente é só dentro de casa a fim desse acidente. É aqui da Fundação, quando não tem consulta, é exame de sangue e a gente tem que vir cobrar as coisas deles porque até hoje eles aqui não acertaram com a gente tudo. Temos q em cima cobrando tá enrolado até hoje e ela faz um ano né? Eles falam indenização indenização que eu sei é que eles pagavam tudo que a gente perdeu e depois ainda dava um dinheiro a mais não sei vocês lá em Brasília porque sabem da vida da gente mas outras cidades fora aí eles pensam que a nossa vida é maravilhosa que a gente foi bem indenizado que a gente ganhou casa mas não é assim a gente está morando lá naquela casa que você viu um lugar muito ruim para quem morava no centro agora a gente está morando lá naquele fim de mundo não

tem uma farmácia é uma fruteira ou um mercado. Não tem nada. Para mim sei lá parece que minha cabeça revirou. tem dia que eu pelejo para colocar ela em algum lugar mas não consigo. as coisas para mim cada dia está passando estão ficando cada vez mais difíceis. tem dia que me dá um medo sabe do jeito que os médicos conversam com a gente. ninguém nunca chegou em mim para falar Mas eu sei que é uma coisa muito séria que aconteceu Principalmente aqueles igual ao Ivo O Ernesto, me preocupa muito

PERGUNTA - A senhora se sentiu abandonada pelos parentes?

LOURDES - O carinho que eu tive foi do pessoal de fora. Nem da minha família eu não tive. Então então quando eu vejo que chega uma pessoa de fora, eu me sinto tão bem que se eu pudesse ficar ao lado daquela pessoa o tempo todo, para mim eu acho que seria bom demais bom o pessoal daqui é do jeito que você está vendo aí bom não dão assistência para a gente. Não para mim eu estou bem, mas pelo menos para os que estão com lesões. Eu não estou bem de cabeça porque do jeito que as coisas estão não dá para a gente ficar com a cabeça boa. Aos que estão com lesão eu queria que eles dessem uma assistência mais direitinho.

PERGUNTA - Dona Lurdes a senhora acha que a imprensa ajudou vocês em algum momento?

LOURDES - Ajudou muito. Na época mais difícil para mim eu conheci muito jornalista, repórter que deixou muita saudade. Nem sei se vou ter oportunidade de ver de novo já aconteceu de mim repórter de fora e eu nem reconhecer, porque na época eu tava tomando remédio controlado Então para mim é como se fosse um sonho que passou. Então naquela época, Parece que eles estavam unidos com a gente o pessoal do Fantástico, o Globo Repórter tudo acompanhou a gente direitinho agora parece que esqueceram da gente. Então agora Só a gente que lembra deles. não sei se todas as vítimas lembram mas eu... Não esqueço. só que eu gostaria de lembrar o nome deles todos para falar só que eu não lembro então eu gostaria que eles pudessem voltar a procurar a gente, saber o que está acontecendo com a gente, porque acho que vai ser muito importante ponto primeiro com a ajuda de Deus, depois do pessoal de fora de fora - a imprensa.

PERGUNTA - A senhora acha que esse acidente que aconteceu de alguma forma vai servir de lição para alguma coisa ou não?

LOURDES - Ah vai muito mesmo! Porque você vê que a minha filha vai servir de exemplo para muita coisa, porque ela morreu inocente, pagou pelos outros, porque esse acidente podia ter sido um pedido. Se eles tivessem tomado mais cuidado direitinho não tinha acontecido. Mas, por descuido, aconteceu e ela, ela que pagou pelos culpados.

PERGUNTA - E o que a senhora acha que as autoridades o Governo deveria fazer para não acontecer mais isso?

LURDES - Ah tem que tomar mais cuidado com as coisas não deixar mais um aparelho desses outros pode causar um acidente desse causar uma tragédia nem uma mãe faz uma filha igual eu perdi.

PERGUNTA - Dona Lourdes, o que a senhora acha que poderia ter contribuído para a morte da sua filha?

LURDES - Ela foi para o Rio ela estava boa. Tanto que ela estava boazinha que ela passou mal na noite do 24 para 25 e quando foi no dia seguinte amanheceu boazinha brincando - a vida normal dela. Aí ela foi para o Rio boazinha continuou do mesmo jeito lá, não emagreceu. E depois que chegou o médico né porque aplicou o remédio não sei se era injeção ou se era líquido só sei que depois ela entrou em coma.

PERGUNTA - Qual era o nome do médico?

LURDES - Parece que era Paulo Gale. o Wagner me falou que era uma droga que ele tomou né? O Wagner tomou, O Devair tomou... doces que tomaram, os quatro morreram e O Devair mas o Wagner é quase morreram. então eles usaram a minha filha para estudar. se eles não tivessem colocado esse remédio nela ela não teria morrido porque criança todos os médicos me falaram inclusive Eu hoje estou acompanhando os exames da Lucimar ou outro elimina aquela Veneza rapidinho está Então eu acho que se ele não colocar esse remédio ela não teria morrido

PERGUNTA - E o azul da Prússia?

LURDES - Deu uma briga do pessoal da CNEN e o governo. aí parou então forneceram mais um remédio para a gente. aí ficou quatro meses sem remédio. o Lucimar os outros também estavam usando Aí veio uma médica e disse que não precisava tomar mais mas eu não queria que fosse assim eu queria que a médica falasse antes: "*ó Lucimara pode parar com o Radioagardese*". igual ao Ivo que parou porque estava prejudicando o estômago dele. A doutora Paula pediu o exame ele fez e ela mandou parar mas o Lucimar não teve alta do remédio foi porque acabou e ele não quiseram mais fornecer.

PERGUNTA - A senhora se sente proibida de falar alguma coisa?

LURDES - Mas no início eles me escondia para não falar nada, sabe? Eu brigava reclamava aí teve um dia que a assistente social me chamou atenção porque eu estava falando dando entrevista e que eu não sabia o dia de amanhã ele estava nas últimas eu podia perder o meu marido e aí o governo é que tinha que me apoiar e eu estava dando entrevista contra o governo. aí eu fiquei muito revoltada porque foi o Doutor Selmo do Rio que pediu para mim conversar com a moça como americano sabe aí eu falei e ele me disse para eu falar o que eu senti com quem eu achar: "Desabafa mesmo!". Aí nesse dia eu decidi quando chegava a repórter levava eles lá para dentro fechava a porta e a gente conversava à vontade. aqui eles não acham bom não (na Fundação), mas eu chamo lá pra fora e converso mesmo.

(WOJTOWICZ, 1990, p. 221 - 225)

ANEXO II: Entrevista com Odesson Alves Ferreira à Ana Wojtowicz em 1990

PERGUNTA - Você ficou 80 dias no hospital aqui em Goiânia durante esse tempo você leu alguma notícia do jornal, viu televisão?

ODESSON - A gente às vezes recebeu a notícia lá no hospital, nós tínhamos também televisão e, a partir dos 50 dias que a gente estava lá os médicos liberaram para a gente as notícias no início, a gente ficava sabendo as notícias de De pessoas que chegavam lá embaixo e gritavam para gente aí nós fizemos uma reunião com os médicos e pedimos que nós queríamos saber notícias da boca deles ou então diretamente, porque as pessoas passavam as notícias da gente podiam aumentar ou diminuir alguma coisa. Aí então colocaram televisão para a gente e liberaram os jornais.

PERGUNTA - E como é que você vê aí nessas notícias. Você e seus familiares? eles são verdade são mentira são aumentadas são diminuídas?

ODESSON - Desde o início, quando aconteceu esse acidente a imprensa fez questão de espalhafação de aumentar muitas coisas. A maioria dessas notícias aqui são uma inverdade. a maioria delas são acrescidas de mentiras então, quando eu olho o jornal, até hoje quando eu olho as notícias de jornais, eu sinto que alguma coisa ainda está errada até hoje eles não aprenderam a falar a verdade, contar o que realmente aconteceu e o que está acontecendo

PERGUNTA - Quais eram suas expectativas antes do acidente e quais são agora

ODESSON - Mudou muita coisa porque eu sempre levei a minha vida trabalhando, eu era um motorista de ônibus pegava o carro Às 4h da manhã e largava às 4 horas da tarde, eu tinha esperança que a minha vida ia melhorar trabalhando, é claro. Procurava fazer hora extra pra ganhar mais. Eu tinha a expectativa de que um dia poderia dar um conforto melhor para minha família hoje, sinceramente, eu não tenho essa expectativa. As esperanças que eu tinha Há 10 meses atrás. hoje é completamente diferente eu estava construindo, Quando aconteceu o acidente, então coisas que fiz em dois ou três meses naquele tempo, tem 10 meses que eu estou tentando fazer e não consigo e eu tenho certeza de que mais 10 meses para frente eu não vou conseguir fazer aquilo que tinha feito em três meses. a gente recebe uma atençãozinha aí mas ela mal dá pra mesa. Então fica muito difícil.

PERGUNTA - Você recebeu indenização?

ODESSON - A gente recebeu por conta da perda de bens materiais, né? Só que do jeito que eles quiserem. O meu orçamento foi feito dia 23 de novembro e ele só me pagaram dia 29 de Janeiro a geladeira Que do orçamento deles estava de R \$10.800 cruzados eu peguei 22.000, quando eu recebi. E assim por diante. Quer dizer, as coisas que, quando fizer um orçamento eu pagaria 114 mil cruzados eu comprei por 180.000 então eu tive que tirar alguma coisa de algum lugar para completar a mobília da casa.

PERGUNTA - Você acha que dá para tirar alguma lição de estudo que aconteceu?

ODESSON - A mim não, mas eu gostaria que as autoridades tirassem sim. eu gostaria que a partir disso aí eles providenciasse e trabalhassem mais em cima de segurança em cima da fiscalização porque eu acho válido o Brasil fazer parte dessa era atômica sim porque esse mesmo aparelho, e matou e danificou pessoas também salvou muita gente. Então tudo isso eu acho válido, Só tem que ser bem feito. Se ele estivesse vigiado, tivessem fiscalizado esse aparelho direitinho, isso não teria acontecido.

PERGUNTA — Vamos tentar voltar àquele momento em que você tomou contato com a peda. O jornal fala aí que o brilho era muito bonito...Era?

ODESSON — Graças a Deus eu não sei te dizer se era bonito, porque dizem que à noite ela brilhava muito, e eu a vi à tarde, por volta de quatro, quatro e meia da tarde. Então, quer dizer, de dia ela não tinha nenhum brilho, nenhuma beleza, né? Tanto é, que eu não tive maior interesse pela peça, eu não tive vontade de levá-la pra casa. Porque, se eu tivesse visto esse brilho — e dizem que era muito bonito — talvez eu tivesse levado e talvez as coisas tivessem sido muito pior pra mim e pra minha família. Então, graças a Deus, eu não vi. Porque eu saí do meu trabalho e até chegar à casa do Devair deve ter gastado uma hora mais ou menos. Chegando à casa dele, foi que ele me mostrou. Disse que tinha comprado aquilo ali e tal, e tinha interesse em fazer uma pedra de anel, porque era muito bonita, à noite dava umas luzes muito bonitas e modificava as cores. Mas eu não me interessei muito por aquilo não. Aí ele agachou perto da peça e falou: “Mano, olha aqui pra você ver”. Aí foi que eu tive a idéia de pegar uma machadinha, quebrar um pedacinho daquele negócio, coloquei nas mãos e esfreguei pra ver se realmente dava pra fazer uma pedra de anel. Aí quando eu esfreguei, o negócio se esfarinhou, virou pó. Aí eu falei: Mano, isso não vai prestar pra anel porque vai quebrar. E dei as mãos e fui embora pra casa. A minha família só teve problema porque eu levei cinco porcos contaminados lá pra casa, que eram os porcos do Ivo. Eu os coloquei numa Kombi e levei lá pra casa. Então contaminou a Kombi, contaminou os animais que eu tinha em casa. E a minha família pegou pouca contaminação, mas através desses animais. Porque ali tinha galinha que botava. Elas estavam contaminadas e contaminavam os ovos.

PERGUNTA: Você se sente roubado de alguma coisa?

ODESSON: Da Liberdade eu me sinto roubado da Liberdade, porque hoje, queiram ou não, eu não sou mais aquela pessoa de antes não posso trabalhar irmã coisa que eu adoro trabalhar principalmente na minha profissão que é de dirigir. O doutor proibiu de dirigir então de alguma forma estão tirando a minha liberdade devagarzinho. Além de ficar privado de trabalhar, a gente também não tem muita alegria para passear, para lazer, porque a cabeça da gente não está para isso.

PERGUNTA: Você tem alguma explicação para essa atração que seu irmão sentiu pela pedra?

ODESSON: Parece que ela emitiu uma força magnética ponto não sei, pelo pelo que ele fala para a gente... Ele disse que muitas vezes estava deitado então lembrava da peça e levantava para ir lá ver aquelas cores bonitas e tal o interesse dele não foi financeiro porque a parte que valeria algum dinheiro seria justamente o chumbo e tinha menos contaminação. Agora, aquilo que era bonito não tinha nenhum valor, tanto é que ele nem pagou por ela aquela o Wagner deixou lá e falou: já que não presta, não tem valor, vou deixar por aí mesmo. porque o preço dela era de sucata, a base de 20 cruzados. Era uma coisa muito insignificante. Então ela ficou lá justamente porque não valia dinheiro para eles. então o interesse do Devair foi pela beleza dela ela emitiu uma beleza extraordinária.. por isso dou graças a Deus de não ter visto ela à noite, porque dizem que aquelas luzes eram... Parece que magnética. Ela puxava as pessoas. Tanto é que a Maria Gabriela às vezes levantava à noite e ia lá cobrir a peça porque não conseguia dormir. Ela clareava toda sala, toda casa, até o quarto deles.

PERGUNTA: Eu devo ir mais tivesse tido essa atração pela pedra qual seria o destino provável dela?

ODESSON: Eu creio que ela iria para uma sucata, num ferro velho maior do que o dele. Ela iria para São Paulo, logicamente para indústrias de ferro e tal então eu acho que o desastre seria maior, porque ia percorrer toda essa trajetória aí. por um lado foi ruim, mas mais pessoalmente. num Globo geral eu acho que foi melhor essa atração dele por ela ponto porque ele conseguiu segurar até que descobrisse o que estava acontecendo. Caso contrário ele teria esparramado maiores problemas

PERGUNTA: Você está se sentindo de alguma forma, cobaia de médico ou de tratamento?

ODESSON: Desde o início, a gente se sente assim porque os próprios médicos às vezes olham a gente pergunta pra gente o que que eles podem fazer. Isso aí está acontecendo desde o início e vai continuar acontecendo. Eles nunca sabem eles realmente não tem ideia do que possa ser feito. eu estou tendo um probleminha com esse dedo. Em fevereiro estava muito irritado e muito feio, então eu pedi que eles amputassem pra mim. Porque eu acho que a dor seria menor. Aí combinamos tudo que eu iria amputar. Acontece que de Fevereiro para cá as coisas mudaram, e o quadro reverteu. Hoje eu sinto que o dedo está ótimo, está sarando, e eles queriam amputá-lo agora na semana passada. Eu pedi que me dessem mais um tempo. Eu disse: olha, medem mais um tempo, que os que o dedo está melhorando, eu estou sentindo que está muito melhor, está doendo menos e a gente vê que a ferida está fechando, então vamos esperar um pouco mais. Mas, mesmo assim eles insistem. Dizem que tem que ser cortado. é justamente por eles acharem porque eles só falam "eu acho que tem que ser feito" é eu que não quero deixar porque eu tenho medo que eles estejam a fim de estudar um pouco mais. Então essa sensação que a gente é cobaia, isso aí vai continuar sendo por muito tempo ainda porque tudo que eles vão fazer, tudo que eles falam para gente a gente percebe que, sinceramente Eles não estão mais aprendendo em cima da gente, o remédio que eles passaram para mim, eu já não tomo mais. Nada que eles me mandaram fazer eu faço estou fazendo única exclusivamente os curativos de aves não deixa de fazer mais nada eu não aceito eles mexerem nenhuma parte do meu corpo porque eu estou vendo que é do jeito que estou está sendo melhor e as pessoas que eles estão mexendo estão sofrendo mais. Até às vezes de sangue que eram para ser trimestrais e já tem uns seis meses que eu não quando o material eu acho que é besteira porque eles querem aprender. Mas em cima de mim não.

PERGUNTA: E se acontecesse um acidente maior, em Angra dos Reis ou em Iperó-SP? Você acha que o Brasil tem condições de entrar nesse Clube atômico que você mesma prova entre?

ODESSON: Condições eu acho que tem, desde que tenha um homem sério trabalhando nisso. Muito embora eu conheço há pouco disso aí o que eu conheço

eu aprendi agora mas eu acho que o país tem condições sim basta que eles façam um trabalho bem feito ponto desde o início tem que ter um certo alicerce, né? Então eu acho que eles deveriam tirar, justamente esse acidente de Goiânia, muita coisa boa disso aí. mas, pelo que estou sabendo, eles estão ainda engatinhando, eu não procuram crescer. Eles estão querendo fazer as coisas erradas, Como fizeram até agora então, se eles procurarem trabalhar com mais seriedade, é com homens mais sérios, mais capacitados, eu creio que podem sim ir à frente e fazer um bom trabalho bom mas, se continuar do jeito que está, não vai dar nada certo. Vai ficar pior.

PERGUNTA: No final das contas, quem você aponta como responsáveis nesse acidente?

ODESSON: O responsável é a própria CNEN, Porque a partir do momento, que eu coloco um filho no mundo, até a maioridade dele, é eu que tenho que assumir todas as responsabilidades, todas as consequências o pai dessa peça é a CNEN, então eles é que deveriam ter vigiado, eu acho que a culpa é deles.

PERGUNTA: E o que eles merecem como castigo por essa culpa?

ODESSON: Eu creio que as pessoas responsáveis por essa fiscalização deveriam ser presas, deveriam arcar com todas as despesas que o estado teve e o próprio Governo está tendo. essas pessoas é que deveriam pagar por tudo, de alguma forma se as autoridades fossem tirar alguma coisa de jornal para encontrar o culpado, vai ser muito difícil porque a imprensa em si só faz questão de colocar as coisas da cabeça deles, do jeito que eles fizeram bom Como foi aquele Globo Repórter, da Rede Globo, demonstrou uma encenação de levar ele bebendo demais passando aquele negócio do pescoço da Maria bom foi uma grande mentira, o césio não é aquele pó toda que mostraram ali. Se fosse tudo aquilo, Goiânia estava arrasada. Era um pedacinho muito pequeno , parecendo uma pedra de brita até na cor e no tamanho. Se você forçar, eles faria mas não dava aquele pó. Não levantava aquela poeira. então era tudo mais restrito do que eles mostraram. A imprensa fez muito sensacionalismo. E, se as autoridades forem procurar notícias de jornais pedir televisão para encontrar o culpado, vai ser muito difícil. Não vai haver culpados, ou então vai haver culpados demais. Desde o início, quando liberaram para nós as notícias no hospital é impressionante a quantidade de erros e aumentos que

realmente eles fazem. Eu tive uma discussão com a Ana Terra (repórter da Rede Globo), aqui na Fundação outro dia, justamente por isso. A coisa séria como deve ser mostrada eles não mostram eles mostram só o que interessa para o governo, o que faz mais sensacionalismo. sem eles perceberem que o povão não vai gostar da verdade, então eles tiram aquela verdade e acrescenta uma mentira, ou outra coisa eu sempre, desde o início, foi muito contra a imprensa. acho que, se o governo tivesse feito o possível para deixar a imprensa fora disso as coisas teriam sido melhor para nós vítimas e para vocês. Pro povão em si seria melhor. (Wojtowicz, 1990, p. 234 - 240).

Anexo III

Entrevista de Odesson Alves Ferreira cedida à BBC Brasil em 2011

PERGUNTA - O senhor é irmão do Devair, que comprou o material para o ferro-velho. Como o acidente afetou a sua família?

ODESSON - A minha família foi a mais atingida. Mais de 40 parentes foram atingidos. O meu contato com o material foi na casa do Devair. Ele me mostrou o cézio dizendo que era muito bonito, e que eu devia levar um pedaço para fazer um anel para a minha mulher. Graças a Deus eu vi o material na luz do dia e não tinha nenhuma beleza que chamasse muito a atenção. Passei na mão e aquilo se desmanchou, e falei para ele que aquilo não prestava para nada. Foi assim que eu me contaminei e acabei virando uma fonte radioativa. As pessoas que passaram por mim foram irradiadas por mim, inclusive a minha família. Eu ainda trabalhei oito dias como motorista de ônibus sem saber que estava contaminado. Carregava em média mil pessoas por dia. Só no dia 30 (de setembro) foi que eu soube. No dia 1º, dei entrada no hospital para a quarentena e fiquei até 23 de dezembro.

PERGUNTA - Como foi a quarentena?

ODESSON - Éramos 22 pessoas de quarentena. A gente não podia sair nem ter contato com pessoas fora do nosso grupo, só os médicos. Outra parte da família ficou num isolamento mais brando. Nos primeiros 17 dias, não tinha sequer limpeza no nosso pavilhão. O espaço só recebeu algum tipo de higiene no dia em que (o então presidente da República) José Sarney foi fazer uma visita. Eles entraram no pavilhão com o corpo coberto por uma parafernália de segurança, e nós ali no

cantinho, sentados no colchão. Parecia que éramos pessoas de outro mundo. Aquilo me doeu muito.

PERGUNTA - Quando você saiu do hospital, a situação melhorou?

ODESSON - Aí começou a situação de preconceito e discriminação. As crianças queriam sair do colégio, porque não aguentavam mais problemas com coleguinhas. Na empresa de ônibus, os colegas que até pouco antes saíam para tomar cerveja comigo correram de mim. A minha mulher começou a ter problemas e distúrbios nervosos, começaram a aparecer caroços no rosto e na cabeça dela. As pessoas corriam dela na rua, ela entrava no ônibus e saíam pela outra porta. Vizinhos quiseram apedrejar a nossa casa. Quando nos mudamos para a casa onde vivemos até hoje, correu um abaixo-assinado na vizinhança para tentar impedir. Meu irmão Devair chegou a ser ameaçado de morte por um médico. Ele falou para ele: “vou te matar, porque eu estou com câncer e você é o culpado”. São coisas que a gente viveu que não gostaria que nenhuma outra pessoa passasse.

PERGUNTA - E o que aconteceu com a casa onde vocês moravam antes?

ODESSON - Parte virou rejeito radioativo. A casa do Devair foi implodida, ele não conseguiu tirar uma camisa lá de dentro. A gente perdeu objetos valiosos, como fotos das crianças, do meu filho peladinho ali, a gravata do casamento. O carro foi contaminado também. Minha mulher e meus filhos estavam num albergue porque a gente não tinha casa, móveis, nada. Foram mais de três meses morando ali numa situação de crise.

PERGUNTA - Depois da quarentena, quanto tempo levou até que você estivesse livre da radiação?

ODESSON - A gente ainda ficou dois anos e meio fazendo medição num laboratório que a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) montou na Rua 57. Depois disso, disseram que a gente estava descontaminado. Mas a gente ficava cheio de dúvidas. Havia vários descompassos nas medições que faziam, eles também não pareciam saber bem o que estavam fazendo. Tanto é verdade que alguns técnicos se contaminaram.

PERGUNTA - E os seus irmãos?

ODESSON - O Devair morreu sete anos depois do acidente, em 1994. O laudo médico disse que foi cirrose hepática, mas o laudo cadavérico constatou que ele tinha câncer em três órgãos. O Ivo (irmão de Devair e Odesson) morreu em 2003, de enfisema pulmonar. O que aconteceu foi que os vícios pegaram muita gente. O Devair foi com a bebida. Com o Ivo foi o cigarro, ele chegou a fumar seis maços por dia. Eu consegui manter os pés mais no chão, mas passei por períodos de depressão também. Tem horas que eu penso que vou recair, mas aí dou uma olhada para o lado e vejo que tem alguém precisando de mim. Mas não é fácil, até porque é muito ruim quando você luta, luta por determinado objetivo e percebe que ele está mais longe.

PERGUNTA - Quais são as principais reivindicações da associação hoje?

ODESSON- A luta da associação é fazer com que o governo atenda assistencialmente todas as pessoas que foram comprovadamente vítimas do acidente. Temos 1.194 associados, mas apenas 468 recebem pensão, e apenas 164 destes recebem assistência médica. Quando o governo concede uma pensão financeira por entender que alguém foi vítima do acidente, então ela merece receber atendimento médico integral, inclusive psicológico. Hoje existem em torno de 960 processos na Justiça de pessoas que estão esperando assistência.

PERGUNTA - Que tipo de problemas de saúde os associados enfrentam?

ODESSON - Geralmente são doenças comuns, mas mais frequentes e precoces. Por exemplo, osteoporose e hipertensão são comuns, mas são comuns em jovens de 18, 20 anos? Outra doença constante é a úlcera. Quase todas as pessoas têm. E 100% das pessoas têm gastrite. Eu gostaria que fossem feitas pesquisas sérias com essas pessoas. Infelizmente o que temos aqui são 24 anos jogados fora. O governo e os cientistas não se apropriaram do que aconteceu. O governo nega onexo causal das doenças, diz que as doenças não têm a ver com o acidente, mas não provam nada. Até porque, a partir do momento em que apontarem que os problemas de saúde são realmente sequelas do acidente, a Justiça vai exigir um pouco mais de guarida. Isso eles não querem.

PERGUNTA- O que o senhor sentiu quando soube do recente acidente na usina nuclear de Fukushima, após o tsunami no Japão?

ODESSON - A gente revive tudo aquilo que passou, volta tudo na lembrança. O que mais dói é que as coisas estão sendo negadas lá, da mesma maneira como aconteceu aqui. O governo fala para as pessoas ficarem tranquilas. Mas a gente aprendeu que o efeito da radiação é cumulativo. Cada gole que o cidadão toma vai ficando no organismo. Infelizmente, só daqui a alguns anos as pessoas vão sentir. Dá um desespero, porque tudo que a gente viveu aqui foi com 19 gramas de césio. O acidente foi grave e foram apenas 19 gramas.

ANEXO III: Entrevista de Lourdes Alves Ferreira cedida ao G1 em 2007

PERGUNTA - Como foi viver esses 20 anos sob a sombra do acidente com o césio-137?

LOURDES - Semana passada que eu fui sentir um pouco o que tinha acontecido em minha vida e notar a ausência das pessoas. Aí comecei a me sentir mal e procurei ajuda psicológica. Só agora que a ficha está caindo.

PERGUNTA - A senhora teme que as vítimas do acidente caiam no esquecimento?

LOURDES - Nos falaram que teríamos assistência durante três gerações. Se o atendimento oferecido para a primeira geração já está assim, imagine como será ruim para nossos filhos, netos e bisnetos. Infelizmente, foi na minha família que aconteceu o maior número de mortes. Perdi a Maria Gabriela, minha cunhada, depois minha filha, a Leide das Neves. Em seguida, morreu o Devair Alves Ferreira, meu cunhado também. Depois foi a vez do meu sogro, Maciel Ribeiro Machado. O último a morrer foi meu marido, Ivo Alves Ferreira, há quatro anos.

PERGUNTA - A senhora recebe todo o atendimento médico necessário?

LOURDES - A assistência médica não está legal. Ficamos mais de um ano sem medicamento. Agora, que a imprensa começou a aparecer novamente, o atendimento médico melhorou, mas ainda assim é precário. Sinto muitas dores nos ossos e nos nervos.

PERGUNTA - Como a senhora lida com o preconceito das pessoas por causa da contaminação com césio-137?

LOURDES - A falta de respeito é muito grande. Não me considero uma pessoa comum, infelizmente. Me sinto excluída da sociedade. Antes, eu morava num lugar bem diferente do que moro hoje. Tive de começar a vida do zero e também fui obrigada a refazer meu relacionamento com amigos.

PERGUNTA - É difícil fazer amigos sendo vítima do acidente?

LOURDES - As pessoas mudam de comportamento quando descobrem que fui vítima do acidente. Tenho dificuldade em ônibus, por exemplo. As pessoas me reconhecem e começam a fazer piadinhas maldosas.

PERGUNTA - Como a senhora supera isso?

LOURDES - Isolamento. Para escapar desse preconceito, que é o que mais machuca, prefiro ficar isolada em casa. Só saio quando é extremamente necessário. Confio muito em Deus. Só peço saúde para mim, meus filhos e netos. Tenho um casal de filhos. A mais velha tem 36 anos e o mais novo está com 34 anos.

PERGUNTA - Com tantas perdas e preconceito, a senhora sente solidão?

LOURDES - Demorei 20 anos para sentir a dor de ter perdido pessoas queridas. Não me deram o direito de velar meus parentes e chorar por minha filha. Eu vivia sedada e não fazia ideia da gravidade de tudo que estava acontecendo. Logo depois, sofri com meu marido, que tinha dores terríveis. Eu era a psicóloga dele, pois precisava muito de mim para viver. Quando ele tinha crises de dor, ele procurava qualquer coisa que estivesse ao alcance das mãos para tentar se matar. Não tive tempo para mim.

PERGUNTA - Qual o momento mais crítico desses 20 anos?

LOURDES - O enterro da Leide foi o que mais me doeu. Além da perda dela, uma criança inocente, a forma como a morte aconteceu foi muito triste. O momento do enterro foi outra situação muito dolorida. O caixão foi apedrejado pela população. Essa imagem não sai da minha cabeça. Era um caixão blindado e só pude me despedir dela por um vidrinho.

PERGUNTA - O que a senhora espera do futuro?

LOURDES - Por sorte, não tive sequelas físicas externas. Meus problemas são internos. O mais afetado mesmo em meu corpo foi o coração, que está todo furadinho, mas por causa da perda das pessoas queridas. Ainda assim, não penso em desistir, acho que vale a pena lutar pela vida. Penso que passei 20 anos de dificuldades e estou inteira ainda. Por isso devo seguir a vida. Nunca pensei que fosse morrer. Quando essa hora chegar, que seja de dor de dente ou de dor de cabeça. Não tenho medo de morrer. Pode ser hoje ou amanhã. Uma hora todos teremos de ir embora.